



## EDITAL

### PROCESSO Nº 0008/2026 - PREGÃO Nº 1

**O Órgão Público - MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO / MG**, através do(a) Secretária Municipal de Turismo – autoridade competente, torna público que fará realizar Licitação, na modalidade **PREGÃO** - na forma **ELETRÔNICA**, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei Federal nº14.133/2021, no Decreto Municipal nº 9225/2023 e demais normas, inclusive municipais, aplicáveis à espécie, conforme disposição abaixo:

**OBJETO: PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, DE USO COMUM, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO/MG, LOCALIZADA NO PARQUE MUNICIPAL ILHA ANTÔNIO DUTRA, DESTINADA À EXPLORAÇÃO COMERCIAL, PELA PERMISSIONÁRIA, DAS ÁREAS DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, CAMAROTES E ESTACIONAMENTO, DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO “CARNAVAL DAS ÁGUAS 2026”, NO PERÍODO DE 13 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026**

**ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTO DO OBJETO:** todas as especificações e detalhamento dos itens do objeto estão descritos no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, incluindo sua tabela com os quantitativos, valores unitários e totais, e informações complementares.

**HABILITAÇÃO:** a listagem dos documentos, condições e exigências para habilitação e julgamento das propostas deste certame estão dispostos abaixo e em complementação no Anexo I - Termo de Referência.

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** <http://www.licitardigital.com.br>

**CRENCIAMENTO:** a partir da publicação deste Edital até o início da Sessão Pública

**DATA e HORÁRIO PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:** 27/01/2026 às 13:00 quando se dará a abertura das Fichas Técnicas Descritivas - propostas iniciais apresentadas pelas proponentes e o início da verificação destas propostas, mediante ao que foi exigido na tabela do Anexo I - Termo de Referência, de forma que o(a) Agente de Contratação possa aceitar ou recusar, distintamente, cada proposta inicial apresentada.

**INÍCIO DA ETAPA PARA ENVIO DE LANCES:** sob o comando do (a) Agente de Contratação, após completar a análise das propostas iniciais inseridas no Anexo III - Ficha Técnica Descritiva e os respectivos aceites ou recusas, conforme o caso, bem como a classificação provisória promovida pelo próprio sistema eletrônico.

**HORÁRIO PRATICADO NESTE CERTAME:** para todas as referências na condução deste processo licitatório será seguido o horário oficial de Brasília - DF.

**OUTRAS INFORMAÇÕES:** estão dispostas no Termo de Referência do Anexos I deste Edital

**AUTORIDADE COMPETENTE:** LUIZ CLÁUDIO DE ALMEIDA MACIEL. - **AGENTE DE CONTRATAÇÃO:** Janaína Oliveira dos Santos

#### 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES



**1.1** - O presente processo licitatório na modalidade de **PREGÃO** na **FORMA ELETRÔNICA** será realizado em Sessão Pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico da LICITAR DIGITAL SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.

**1.2** - O sistema que será usado nesta licitação está adequado a Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 9225/2023, no que couber.

**1.3** - O sistema usado na **FORMA ELETRÔNICA** da LICITAR DIGITAL SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil).

**1.4** - Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Agente de Contratação designado(a) e/ou pela Comissão de Contratação, com o apoio técnico e operacional da LICITAR DIGITAL SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - <http://www.licitardigital.com.br> - e-mail: [contato@licitardigital.com.br](mailto:contato@licitardigital.com.br) - telefone: (31) 3191 0707

**1.5** - O presente Edital se submete integralmente na legislação mencionada no seu preâmbulo, bem como para atender as Microempresas - ME e EPP e Empresas de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 e suas posteriores alterações.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1** - Poderão participar desta licitação, PESSOAS JURÍDICAS em que seus objetos contratuais sejam condizentes com o objeto licitado, que estejam cadastradas ou que o façam na forma e prazo legal e que satisfaçam as exigências deste Edital, como também do Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

**2.1.1** - **As empresas licitantes deverão se atentar para os itens 2.7 e 2.8 do Termo de Referência, onde poderão ser solicitados outros documentos necessários e obrigatórios para a habilitação, além daqueles exigidos neste tópico do edital.**

**2.2** – A participação de PESSOAS FÍSICAS estará condicionada ao tipo de objeto licitado e conforme dispuser as condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e quando houver esta disposição, as condições e impedimentos abaixo descritos, a elas serão estendidos, no que couber.

**2.3** – Quando a licitação for exclusiva para participação de Microempresas - ME e EPP - Empresas de Pequeno Porte, as condições e exigências do tratamento diferenciado, como dispõe o art. 48 da LC nº123/2006 e alterações posteriores, constará do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**2.3.1** – Da mesma forma, quando for o caso, constará no Termo de Referência os itens e/ou lotes reservados para receber ofertas de Microempresas - ME e/ou EPP - Empresas de Pequeno Porte.

**2.4** - Não será admitida a participação neste processo a empresa:

**2.4.1** - Concorratária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação ou ainda, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, EXCETO e desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica com apresentação de certidão que esclareça, satisfatoriamente, a natureza, o motivo e o estado da ação ou da dívida denunciada, para efeito de consideração e verificação pelo Setor Financeiro da Administração licitadora e, caso, tal demonstração seja satisfatória, haverá a respectiva habilitação.

**2.4.2** – Licitante - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta e, caso participe, estará sujeita às penalidades previstas na legislação em vigor.

**2.4.3** – Licitante que esteja com o direito suspenso para licitar e contratar com a Administração Licitadora.



**2.4.4** - Que esteja reunida em consórcio ou coligação, EXCETO, quando o Termo de Referência, Anexo I deste Edital dispuser sobre esta possibilidade e disciplinar sobre a permissibilidade e as condições da participação..

**2.4.5** - Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante.

**2.4.6** – Com os demais impedimentos que estão dispostos no art. 14, da Lei nº 14.133/2021.

**2.5** - Para participar deste processo licitatório na modalidade de Pregão, do tipo Eletrônico a interessada deverá previamente se CREDENCIAR junto à LICITAR DIGITAL SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA provedora do sistema eletrônico, através de chave de identificação e senha pessoal intransferível, com a apresentação da FICHA TÉCNICA DESCRITIVA e outros documentos.

**2.5.1** - Através do referido cadastramento serão disponibilizadas para a empresa interessada uma CHAVE DE IDENTIFICAÇÃO E UMA SENHA PESSOAL INTRANSFERÍVEL para que a licitante possa participar de cada processo licitatório que lhe for de interesse.

**2.5.2** - A FICHA TÉCNICA DESCRITIVA deverá conter todas as especificações dos itens do objeto licitado no ANEXO III deste Edital, **SEM IDENTIFICAR-SE**, sob pena de desclassificação.

**2.5.3** - A licitante deverá se manifestar em campo próprio da FICHA TÉCNICA DESCRITIVA - Anexo III, deste Edital que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua oferta de preços nela inserida está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, no campo próprio da FICHA TÉCNICA DESCRITIVA - Anexo III deste Edital, também SEM IDENTIFICAR-SE, sob pena de desclassificação.

**2.5.4** - Caso a licitante proponente seja ME ou EPP e que desejar fazer uso dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverá informar sua condição no campo próprio da FICHA TÉCNICA DESCRITIVA - Anexo III deste Edital, também **SEM IDENTIFICAR-SE**, sob pena de desclassificação.

**2.5.4.1** - A **IDENTIFICAÇÃO** da licitante proponente somente ocorrerá **APÓS** a sessão de lances e de SER DECLARADA VENCEDORA do certame, seja por item ou por lote, quando do envio da sua PROPOSTA FINAL REALINHADA e elaborada pela licitante ou REALINHADA AUTOMATICAMENTE pelo sistema da plataforma eletrônica usada nesta licitação.

**2.5.4.2** – Quando a PROPOSTA FINAL for realinhada de forma automática pelo sistema, deverá ser entregue na FORMA FÍSICA no momento da assinatura do contrato administrativo ou do termo de compromisso da Ata de Registro de Preços, pois integrará um destes instrumentos.

**2.5.5** – A licitante enquadrada como ME ou EPP deverá apresentar DECLARAÇÃO, anexada junto a documentação para efeito de habilitação, constando que no ano calendário que ainda não assinou contrato com a Administração Pública, porém, se já tenha assinado, o somatório não extrapolou e não extrapolará a receita bruta do seu enquadramento para receber os benefícios da LC nº123/2006 e alterações posteriores, conforme modelo do Anexo VI, deste Edital.

**2.5.5.1** - Caso a licitante proponente seja ME ou EPP e não apresentar a referida DECLARAÇÃO não receberá os benefícios previstos na Lei Complementar nº123/2006, mesmo tendo informado o seu enquadramento no campo próprio da FICHA TÉCNICA DESCRITIVA - Anexo III, deste Edital, quando do credenciamento.

**2.5.5.2** - Quando o processo licitatório for EXCLUSIVO para receber ofertas de ME ou EEP, a anexação da referida declaração na documentação da licitante é OBRIGATÓRIA e, caso não conste, a licitante deverá ser considerada inabilitada de imediato.

**2.6** - Quaisquer esclarecimentos sobre o credenciamento junto a provedora do sistema eletrônico desta licitação poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico: [contato@licitardigital.com.br](mailto:contato@licitardigital.com.br)

**2.7** – As empresas licitantes que optarem ou que quiserem fazer uso do CRC – Certificado de Registro Cadastral para facilitar e equacionar o envio de documentos poderão se cadastrar junto à Licitadora, mediante o envio dos documentos listados do item 2.9 ao 2.14, abaixo, no prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores a dada designada para a realização da Sessão Pública.



**2.7.1** – Os documentos para o cadastramento no Cadastro de Fornecedores da Licitadora poderão ser enviados pelo endereço eletrônico [compras@saolourenco.mg.gov.br](mailto:compras@saolourenco.mg.gov.br)

**2.7.2** – Os documentos que não forem emitidos de sites disponíveis na internet deverão estar devidamente autenticados em cartório.

**2.7.3** – Caso as licitantes queiram fazer o cadastramento de forma presencial poderão trazer as cópias dos documentos, acompanhadas dos originais, para serem autenticadas pelo(a) Agente de Contratação ou pela Equipe de Apoio.

### **2.8 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO**

**2.8.1** – As empresas licitantes que **NÃO optarem** ou que **NÃO quiserem** fazer uso do CRC – Certificado de Registro Cadastral **poderão** enviar os documentos listados nos itens e subitens abaixo (2.9 ao 2.14) e outros exigidos neste Termo de Referência, em especial outros de qualificação técnica listados em conformidade com a natureza do objeto licitado, juntamente com a FICHA TÉCNICA DESCRITIVA – Anexo III, em aba/campo distinto, de modo a não se identificar.

**2.8.1.1** – Caso não sejam anexados na plataforma juntamente com a FICHA TÉCNICA DESCRITIVA – Anexo III, **deverão** ser apresentados/anexados na plataforma, em formato digital, nos termos do item 2.8.1. **no prazo máximo de trinta minutos**, contados da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

**2.8.1.2** – É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;

b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

**2.8.1.3 - As empresas deverão se atentar para os itens 2.7 e 2.8 do Termo de Referência, onde poderão ser solicitados outros documentos necessários e obrigatórios para a habilitação.**

### **2.9 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**2.9.1** - Contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores. Em se tratando de sociedade não empresária, o ato constitutivo deverá estar registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e devidamente acompanhado de prova da diretoria em exercício.

### **2.10 – DA REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**

**2.10.1** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

**2.10.2** - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa - **INSS**;

**2.10.3** - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

**2.10.4** - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão e/ou documento similar emitida pela Secretaria competente do Município, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;



**2.10.5** - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

**2.10.6** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**, emitida pelo T.S.T. (Tribunal Superior do Trabalho) - Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

**2.10.7** - Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado da Licitante.

**2.10.7.1** - Para aquelas que apresentarem a declaração do subitem 2.13.3, a Certidão da Junta Comercial do Estado da Licitante, deve atestar a condição de **ME** - Microempresa ou **EPP** - Empresa de Pequeno Porte.

**2.10.8** - Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por **Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias para sua apresentação, CASO NÃO SEJA APRESENTADA, o (a) Agente de Contratação consultará e emitirá a mesma

### **2.11 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

**2.11.1** – Certidão Negativa de Falência e Concordata/Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca da licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias para sua apresentação.

**2.11.1.1** - Quando a Certidão for POSITIVA com recuperação judicial ou extrajudicial, deverá constar, obrigatoriamente, esclarecimentos satisfatórios, a natureza, o motivo e o estado da ação ou da dívida denunciada, para efeito de consideração e verificação de viabilidade econômica para executar o objeto licitado, através de imediata diligência, para fins de habilitação.

### **2.12 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE**

**2.12.1** – Apresentação de um ou mais atestados ou certidões de capacidade técnica, com objeto similar ao que consta na descrição do objeto, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante tenha fornecido o(s) item(ns) constantes na tabela desta licitação.

**2.12.1.1** – A(s) certidão(ões) ou atestado(s) poderá(ão) ser substituído(s) por cópia de contrato(s) firmado(s) com pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que a descrição do objeto contratado seja similar, igual ou superior à descrição do objeto licitado.

**2.12.1.2** – A apresentação de cópia de contrato estará sujeita a conferência pelo(a) Agente de Contratação junto a pessoa jurídica emitente, se necessário, de maneira a conferir a satisfação do fornecimento dos itens aqui licitados.

**2.12.2** – Outras exigências técnicas estão especificadas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

### **2.13 - DAS DECLARAÇÕES**

**2.13.1** - **As empresas deverão se atentar para os itens 2.7 e 2.8 do Termo de Referência, onde poderão ser solicitados outros documentos necessários e obrigatórios para a habilitação.**

**2.13.2** - **DECLARAÇÃO** de que a empresa licitante não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - (**modelo no Anexo V**).

**2.13.3** - A licitante, inclusive ME e EPP, optante ou não pelo Simples Nacional, **deverá apresentar DECLARAÇÃO indicando quais índices foram apurados** no último balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis da empresa, com elaboração e assinatura por profissional habilitado da área contábil com a inscrição do seu registro no Conselho competente, **PARA EFEITO DE ACEITAÇÃO E HABILITAÇÃO** e/ou pelo representante legal da empresa, cujos índices mínimos deverão ser: IGUAL ou MAIOR que **1,00** respectivamente, para Liquidez Corrente (**LC**), Liquidez Geral (**LG**) e Solvência Geral (**SG**), conforme **modelo indicado no Anexo IV deste Edital. Declaração esta, anexada na documentação da licitante.**



**2.13.3.1** - De acordo com o Paragrafo Primeiro do Artigo 69 da Lei 14133/21, a Administração Licitadora, dispensa a apresentação do balanço e demonstrações contábeis, e exige, como critério de habilitação, a apresentação da declaração constante do item 2.13.2, salvo disposição explícita em contrário no Termo de Referência ou em sede de diligência.

**2.13.4 - DECLARAÇÃO** de que a empresa licitante sendo ME ou EPP que: no ano calendário da realização desta licitação os valores dos seus contratos firmados com a Administração Pública não ultrapassaram e não ultrapassarão o limite da sua receita bruta, referente ao limite do seu enquadramento, em conformidade com a disposição do §2º, do ar. 4º, da Lei nº14.133/2021, (**modelo no Anexo VI**).

**2.13.5 - Outras declarações poderão ser exigidas, conforme execução do objeto e constará no Termo de Referência, Anexo I.**

### **2.14 - MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**

**2.14.1** - Às licitantes enquadradas como Microempresas – ME's ou EPP's – Empresas de Pequeno Porte serão concedidos os benefícios previstos na LC 123/2006 e posteriores alterações, no que couber;

**2.14.2** - A ME e EPP que desejar o alcance dos benefícios da LC 123/2006 deverá informar, formalmente a sua condição quando do envio da Ficha Técnica Descritiva e se não o fizer será interpretado como renúncia tácita aos benefícios concedidos.

**2.14.3** - A ME ou EPP deverá comprovar o seu enquadramento através da apresentação de Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado da Licitante atestando a sua condição de enquadramento como **ME** - Microempresa ou **EPP** - Empresa de Pequeno Porte.

**2.14.4** – A ME e EPP para a obtenção dos benefícios previstos na legislação em vigor, além de **INFORMAR** seu enquadramento na Ficha Técnica - Anexo III, deverá firmar a DECLARAÇÃO mencionada no subitem 2.13.3, usando o modelo do Anexo VI deste Edital, inclusa na documentação.

**2.14.5** - A ME ou EPP deverá apresentar, para efeito de habilitação, toda a documentação exigida, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, **mesmo que estes apresentem alguma restrição**.

**2.14.5.1** - Havendo qualquer restrição na regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, contados do recebimento da convocação para assinatura do instrumento de Contrato Administrativo ou Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços.

### **2.15 – APRESENTAÇÃO DO CRC PARA HABILITAÇÃO**

**2.15.1** – A licitante sendo cadastrada no Cadastro de Fornecedores da Licitadora, querendo, poderá enviar o seu CRC, porém, complementando com os demais documentos exigidos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, bem como aqueles cujos prazos de validade tenham vencido.

### **2.16 – PARA HABILITAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI**

**2.16.1** – Sendo a licitação destinada exclusivamente para MEI ou com possibilidade da participação de MEI, os documentos a serem apresentados, **para fins de habilitação**, serão **somente os seguintes**:

**2.16.1.1** - Certificado do MEI – CCMEI – Certificado da Condição de Microempreendedor Individual compatível com a descrição do objeto licitado.

**2.16.1.2** - Cópia do CPF do MEI;

**2.16.1.3** – Regularidade com o INSS, FGTS, Trabalhista (CNDT) e com a Fazenda Municipal da Sede do MEI;



**2.16.1.4** – Apresentar **DECLARAÇÃO** de que o Microempreendedor Individual – MEI que: no ano calendário da realização desta licitação os valores dos seus contratos firmados com a Administração Pública não ultrapassaram e não ultrapassarão o limite da sua receita bruta, referente ao limite do seu enquadramento, em conformidade com a disposição do §2º, do ar. 4º, da Lei nº14.133/2021.

**2.16.2** – Havendo restrição na regularidade fiscal do (a) MICROEMPREENDEDOR (a) INDIVIDUAL, será concedido o prazo de cinco dias úteis para apresentar a sua regularidade sem qualquer restrição.

**2.16.3** - A fidedignidade da documentação e informações apresentadas, para fins de habilitação, é de inteira responsabilidade do Microempreendedor Individual – MEI.

**2.16.4** - Para o MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, juntamente com os documentos listados neste item, fica determinado como obrigatório o atendimento dos documentos listados nos itens 2.12 - 2.13, com exceção do item 2.13.3, e demais comprovações específicas exigidas nos itens 2.7 e 2.8 do Termo de Referência.

### **2.17 - DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES SOLICITADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

**2.17.1** - As empresas deverão se atentar para os itens 2.7 e 2.8 do Termo de Referência, onde poderão ser solicitados outros documentos necessários e obrigatórios para a habilitação.

### **3 - DO ACESSO AO EDITAL E DO CREDENCIAMENTO**

**3.1** - Este Edital estará disponível, no site <http://www.licitardigital.com.br>, no site do Órgão Público <https://www.saolourenco.mg.gov.br/plicitacao.php>, bem como no Setor de Licitações.

**3.2** - Os ESCLARECIMENTOS referentes ao CREDENCIAMENTO poderão ser obtidos junto à LICITAR DIGITAL SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, provedora do sistema usado neste processo eletrônico ou através do <http://www.licitardigital.com.br> e-mail: [contato@licitardigital.com.br](mailto:contato@licitardigital.com.br)

**3.3** - O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema deste processo licitatório implica na sua responsabilidade e de seu representante legal pelos atos praticados e na presunção da sua capacidade técnica e habilitatória para a realização das transações inerentes a este processo licitatório.

### **4 - DA CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**4.1** - O sistema está configurado para realizar todas as etapas do processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, compreendendo a publicação do edital; credenciamento dos participantes; recebimento de propostas e documentos; abertura e exame das propostas apresentadas; lances; desempate para ME/EPP; classificação e aceitação do melhor lance; julgamento de habilitação; declaração da licitante vencedora; recebimento de solicitações para esclarecimentos, recursos, adjudicação e homologação do objeto e ata eletrônica.

**4.2** - O presente processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico será conduzido por Agente de Contratação da Licitadora, com o auxílio da Equipe de Apoio, com as seguintes atribuições:

**4.2.1** - Conduzir a Sessão Pública;

**4.2.2** - Receber, examinar, responder e decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao Edital e Anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

**4.2.3** - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital para sua aceitabilidade;



- 4.2.4 - Classificar e/ou Desclassificar propostas que não estiverem de acordo com as exigências do Edital e seus Anexos;
- 4.2.5 - Coordenar a Sessão Pública e o envio/recebimento de lances;
- 4.2.6 - Indicar a proposta com lance de MENOR PREÇO ou MAIOR DESCONTO DE PERCENTUAL, conforme constar no termo de referência - Anexo I, respeitando os benefícios concedidos à ME - Microempresas e EPP - Empresas de Pequeno Porte;
- 4.2.7 - Verificar e julgar as condições para habilitação;
- 4.2.8 - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- 4.2.9 - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- 4.2.10 - Indicar a licitante vencedora do certame;
- 4.2.11 - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 4.2.12 - Preparar e determinar as publicações de exigência legal;
- 4.2.13 - Conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio;
- 4.2.14 - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação;
- 4.2.15 - Solicitar manifestação da assessoria jurídica, administrativa ou de outros setores da Administração, de modo a subsidiar a tomada decisão;
- 4.2.16 - Abrir procedimento administrativo para apuração de irregularidades inerentes ao processo licitatório, visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.
- 4.3 - O envio com pedidos de esclarecimentos, razões de recursos e contrarrazões pelas licitantes somente serão recebidos se forem protocolizados pelo sistema informatizado em uso neste processo licitatório e analisados dentro do horário de expediente informado no Anexo I - termo de referência.
- 4.4 - OBSERVAÇÃO: O sistema informatizado em uso nesta licitação disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Agente de Contratação e as licitantes.

### 5 - DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

5.1 - Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico <http://www.licitardigital.com.br>, bem como no site do Órgão Público - <https://www.saolourenco.mg.gov.br/plicitacao.php> e em jornal de circulação local e/ou regional, na Imprensa Oficial do Estado ou Federal, conforme o caso dos recursos financeiros, as licitantes proponentes poderão encaminhar o credenciamento com a FICHA TÉCNICA DESCRITIVA do Anexo III do Edital, **SEM SE IDENTIFICAR**, com uso da senha de acesso, fazendo inserir a sua OFERTA INICIAL para os itens que deseja disputar, OBRIGATORIAMENTE, descrevendo sem rasuras e entrelinhas as especificações de cada item, a marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, valores unitários e totais, bem como outras informações conforme exigidas no Termo de Referência do Anexo I deste Edital.

5.1.1 - CONCOMITANTEMENTE com o envio do Anexo III – FICHA TÉCNICA - PROPOSTA INICIAL, a licitante **poderá enviar**, EM ABA DISTINTA para não se identificar, pelo sistema eletrônico, os documentos listados acima, do subitem 2.9.1 ao subitem 2.12.2, além de outros exigidos no Termo de Referência Anexo I, bem ainda as declarações cujos modelos/exemplos constam nos Anexos IV, V e VI, ou ainda declaração específica se for exigida no item 2.8 do mencionado Anexo I, deste Edital.



**5.1.2** - Explicita-se que no preenchimento do Anexo III – Ficha Técnica **NÃO deverá constar os dados comerciais da licitante, tendo em vista a impossibilidade de se identificar, sob pena de desclassificação**, apenas deverá transcrever no campo próprio do Anexo III – Proposta Inicial o pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação, bem ainda seu enquadramento como ME ou EPP, se for o caso.

**5.2** - A participação com envio da proposta inicial de preços – Anexo III e, concomitante e distintamente em outro aba do sistema, todos os documentos como exigidos neste processo licitatório, na modalidade de Pregão, do tipo Eletrônico se dará por meio de chave e digitação da senha pessoal e intransferível do representante da licitante credenciada, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO**, observados a data e horários estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

**5.2.1** - A licitante **NÃO poderá RETIRAR ou SUBSTITUIR** os documentos inseridos anteriormente no sistema eletrônico, SALVO se necessário em sede de diligência para complementação de informações ou para atualizar documentos com prazo de validade espiradas após as respectivas entregas.

**5.3** – A licitante sendo cadastrada no Cadastro de Fornecedores da Licitadora, querendo, poderá enviar o seu CRC (certificado), porém, complementando com os demais documentos exigidos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, todos dentro do prazo de validade.

**5.3.1** - Sendo a licitante está enquadrada como ME ou EPP deverá proceder da mesma forma com o envio do CRC, porém, caso algum documento de regularidade fiscal esta vencido, assim mesmo deverá apresentá-lo, de modo a usar o direito de poder substituí-lo dentro do prazo legal.

**5.3.2** - As demais licitantes poderão ter acesso ao Cadastro de Fornecedores da Licitadora e ao Certificado de Registro Cadastral - CRC da licitante detentora da melhor proposta para verificação.

**5.3.3** - É obrigação da licitante atualizar previamente os seus documentos arquivados no Cadastro de Fornecedores da Licitadora e que tenham prazo de validade, caso faça opção pelo envio do CRC.

**5.3.4** - Caso não sejam anexados na plataforma juntamente com a FICHA TÉCNICA DESCRITIVA – Anexo III nos termos do item 5.1.1, deverão ser apresentados/anexados na plataforma, em formato digital, nos termos do item 2.8.1. no prazo máximo de trinta minutos, contados da convocação efetuada pelo Agente de Contratação, dentro do prazo e condições estabelecidas no item 2.8.1.a deste edital.

**5.3.5** - O não-cumprimento por parte da licitante do envio dos documentos de habilitação, na forma e prazos acima estabelecidos, acarretará a sua automática inabilitação.

**5.4** - Caso necessário e requerido pelo(a) Agente de Contratação, a detentora da melhor proposta deverá atender a requisição e poderá enviar documentos complementares aos já enviados com a proposta de preço, para melhor esclarecimento e dissipação de dúvidas, tanto para o aceite final da proposta como para habilitação, dentro do prazo de 2h (duas horas), contado do momento da requisição.

**5.4.1** – Tendo havido a requisição de documentos complementares, pelo(a) Agente de Contratação para dissipar dúvidas ou completar informações daqueles já enviados inicialmente, e estes não sendo apresentados de forma pública e no prazo estabelecido, o(a) Agente de Contratação considerará o documento primeiro como inválido, declarará inabilitada a empresa que não atendeu a requisição e dará continuidade no certame e analisará os documentos da empresa licitante que estiver posicionada na classificação subsequente, de modo a dar sequência no processo.

**5.5** - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante que ofertou a melhor proposta e estiver como primeira classificada serão disponibilizados para avaliação do(a) Agente de Contratação e para acesso público, inclusive para as licitantes que estiverem participando do processo, **SOMENTE** após o encerramento do envio de lances.



**5.6** - No preenchimento da FICHA TÉCNICA DESCRITIVA - Anexo III deste Edital, a proponente deverá, obrigatoriamente, descrever as especificações dos itens, marcas, valores unitários e totais dos produtos ofertados, além da declaração dos requisitos de habilitação e, conforme o caso, se estiver sob o regime de ME ou EPP, no entanto, **SEM IDENTIFICAR-SE, sob pena de ser desclassificada.**

**5.7** - Quando da inserção dos valores unitários e totais ofertados, a licitante deverá lançar somente com 2 (duas) casas decimais (após a vírgula) preferencialmente digitados, sem rasuras **e com o valor total grafado por extenso.**

**5.8** – Após a declaração da empresa primeira classificada, por item ou por lote conforme dispuser a planilha do Anexo I, e com a PROPOSTA FINAL DE PREÇOS devidamente REALINHADA com a última oferta e, obrigatoriamente como constou no Anexo III – Ficha Técnica - PROPOSTA INICIAL, condições indispensáveis para a execução do objeto e, com todos os dados da empresa de forma completa, quando a licitante será **IDENTIFICADA.**

**5.8.1** - REALINHAR OS PREÇOS significa verificar o desconto ofertado no total da planilha orçamentária licitada, aplicar o DESCONTO PONDERADO entre a planilha licitada e a oferta final em todos os itens da tabela, de forma que o valor a ser contratado represente aquele da última oferta que foi considerada vencedora do certame.

**5.9** - A apresentação da PROPOSTA FINAL REALINHADA poderá ocorrer AUTOMATICAMENTE pelo sistema eletrônico usado nesta licitação, caso disponha desta possibilidade funcional e, caso não disponha, a licitante proponente deverá elaborá-la fazendo o realinhamento dos preços com a última oferta.

**5.9.1** - Quando da apresentação da **PROPOSTA FINAL DE PREÇOS REALINHADA, seja feita automaticamente pelo sistema eletrônico ou com a elaboração pela licitante, É QUE SE DARÁ A IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE, isto é após o encerramento da sessão de lances.**

**5.9.2** - Quando a PROPOSTA FINAL for automaticamente elaborada pelo sistema eletrônico, a licitante proponente vai assina-la juntamente quando da assinatura do contrato ou do termo de compromisso da Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

**5.9.3** - Quando o sistema eletrônico não realizar automaticamente o realinhamento da proposta final, a licitante fará a elaboração para anexar no sistema, rubricando todas as páginas e com assinatura na última folha, identificando o emitente. Neste caso, PODERÁ usar o **modelo** do Anexo VII deste Edital. Neste caso, a PROPONENTE será avisada imediatamente para fazer tal elaboração.

**5.10** - A **não inserção das informações**, especificações e marcas dos produtos ofertados, tanto no Anexo III – FICHA TÉCNICA como na PROPOSTA FINAL REALINHADA É OBRIGATÓRIA, **EXCETO** quando o Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital dispuser sobre a dispensabilidade de inserir a marca em algum item do objeto licitado ou ainda quando o produto ofertado não contiver marca;

**5.10.1** - A falta da inserção dos referidos dados na FICHA TÉCNICA - Anexo III, como exigido, levará a sumária desclassificação da Proposta, imediatamente, quando da primeira análise e julgamento no início da Sessão Pública.

**5.11** - O objeto, os seus itens e subitens **deverão**, OBRIGATORIAMENTE, conter as descrições, informações e especificações completas como exigidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**5.12** - A licitante será a única responsável por todas as informações digitadas na Ficha Técnica Descritiva Anexo III e também com respectivos documentos apresentados;

**5.13** - É de exclusiva responsabilidade da licitante proponente, usuária do sistema eletrônico, o sigilo da sua senha de participação neste processo, não cabendo à condutora do Sistema Eletrônico, identificada no preâmbulo deste Edital, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da respectiva senha, ainda que por terceiros, bem como assume como verdadeiras as suas transações, sua proposta e lances ofertados e seus documentos enviados para efeito de habilitação.



**5.14** - A prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados da data da Sessão Pública deste processo de Pregão Eletrônico.

**5.15** - A Proposta enviada será considerada DESCLASSIFICADA no momento da sua análise e julgamento, quando conflitar com as exigências constantes neste Edital e no Termo de Referência, e ainda:

**5.15.1** - Ofertada com mais de 02 (duas) casas de decimais em seus valores unitários e totais;

**5.15.2** - Que esteja sua descrição incompleta, isto é, não contenha informação (ões) suficiente (s) que permita (m) a perfeita identificação do produto licitado;

**5.15.3** - Quando o preço ofertado for superior ao máximo **aceitável** ou **considerado inexequível**;

**5.16** - Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerá a forma por extenso. Não constando o valor por extenso, mas o numérico estando legível e sem rasuras será aceito.

**5.17** - Quando do preenchimento da FICHA TÉCNICA DESCRITIVA - Anexo III - PROPOSTA INICIAL, a licitante proponente deverá fazer a sua oferta, incluindo todos os custos com a folha de pagamento do seu pessoal, dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, aqueles que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto licitado, ainda o transporte até o local do fornecimento ou da prestação dos serviços, condições e endereço fixados no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, não sendo permitida a inclusão posterior de quaisquer acréscimos no valor ofertado, seja por qualquer motivação intentada.

### **6 - INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**6.1** - No horário previsto no preâmbulo deste Edital terá início à Sessão Pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, SEM CONHECER AS LICITANTES OFERTANTES, e passará o(a) Agente de Contratação, com a participação da Equipe de Apoio a avaliar as respectiva propostas em conformidade com as exigências e descrições dos itens constantes no Termo de Referência, Anexo I, bem como na TABELA nele inserida, de forma a se posicionar sobre a **ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS INICIAIS, CLASSIFICANDO** as que forem aceitáveis e **DESCLASSIFICANDO** as que não atenderem ao que foi exigido para sua descrição ou que a descrição não atenda a exata conformidade como exigida.

**6.1.1** - Além da descrição de cada item, também serão avaliados os valores máximos aceitáveis, tanto por item como o valor total, conforme disposto no Termo de Referência, Anexos I deste Edital.

**6.1.2** - Sendo ofertado **valor superior** ao indicado ou **percentual inferior**, conforme a condição do julgamento, como **máximo** ou **mínimo aceitáveis**, por item e/ou no total, como constar no Termo de Referência, Anexo I, a proposta da licitante será DESCLASSIFICADA.

**6.2** – O(a) Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas (OFERTAS INICIAIS – FICHA TÉCNICA DESCRITIVA - Anexo III) e CLASSIFICARÁ aquelas apresentadas conforme as exigências do Anexo I e DESCLASSIFICARÁ aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos do Termo de Referência Anexo I deste Edital.

**6.2.1** - A desclassificação da PROPOSTA INICIAL - Ficha Técnica Descritiva– Anexo III será fundamentada e registrada na ATA da Sessão Pública, no sistema eletrônico, com acompanhamento dos participantes em tempo real.

**6.3** - O valor estimado ou máximo aceitável para a contratação, se não estiver constando no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, bem como na tabela nele inserida, possuirá caráter SIGILOSO e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno. Porém, será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

**6.3.1** - Quando se tratar de proposta pelo critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, o percentual mínimo ACEITÁVEL será público desde a publicação deste edital.



**6.4** - O sistema eletrônico em uso neste processo ordenará automaticamente e indicará ao Agente de Contratação a ordem de classificação das propostas aceitas para o início da etapa de lances.

**6.5** - Após avaliação e aceitação das PROPOSTAS INICIAIS – FICHA TÉCNICA DESCRITIVA - Anexo III - **sem identificar as proponentes**, será iniciada a etapa competitiva de lances, quando os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema eletrônico para participar da sessão de lances.

### **7 - FASE COMPETITIVA - SESSÃO DE LANCES - MODOS DE DISPUTA - NÃO IDENTIFICAÇÃO – DESCONEXÃO**

**7.1** - Com as propostas na ordem de classificação, inicia-se a fase competitiva, oportunidade em que as licitantes deverão **ENCAMINHAR LANCES EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO**.

**7.1.1** - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da Sessão Pública e as regras estabelecidas quanto a forma de disputa.

**7.1.2** - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro, tendo em vista que a licitante será imediatamente informada do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**7.2** - A licitante proponente somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico, observando, quando houver, O INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES OU DE PERCENTUAIS ENTRE OS LANCES, estipulado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, e que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a MELHOR OFERTA.

**7.3** - Durante a Sessão Pública, as licitantes proponentes serão informadas, em tempo real, o valor do MENOR lance registrado, **VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE PROPONENTE**.

**7.4** - Na hipótese de o sistema eletrônico usado na Sessão Pública **DESCONECTAR** para o(a) Agente de Contratação no decorrer da etapa da sessão de lances e permanecer acessível as licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.4.1** - Quando a **DESCONEXÃO** do sistema eletrônico para o(a) Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10min. (dez minutos), a Sessão Pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24h (vinte e quatro horas) a contar da comunicação do fato as licitantes proponentes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.4.2** – Não será considerada **DSCONEXÃO** o tempo em que as propostas estiverem sendo analisadas e antes do início da etapa de lances. Da mesma forma, quando houver comunicação por parte do(a) Agente de Contratação para horário de almoço ou encerramento de expediente da Prefeitura, porém, nestes casos, o(a) Agente de Contratação ao interromper a Sessão que estiver em andamento já publicará o horário da reabertura, seja no mesmo dia ou imediato dia útil seguinte.

**7.5** - Constará no Termo de Referência - Anexo I deste Edital o MODO DISPUTA na sessão de lances, qual seja, se do modo **ABERTO** ou do modo **ABERTO E FECHADO**.

**7.6** - Sendo a disputa no modo **ABERTO**, a etapa para o envio de lances durará 10min. (dez minutos) e, após este prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema enquanto houver lance ofertado nos últimos 2min. (dois minutos) no período de duração da Sessão Pública.

**7.6.1** - A referida prorrogação automática de 2min. (dois minutos) ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**7.6.2** - Não havendo novos lances no prazo de 2min. (dois minutos) - forma estabelecida, a **SESSÃO** de lances será **ENCERRADA AUTOMATICAMENTE**.



**7.6.3** - ENCERRADA automaticamente a SESSÃO DE LANCES, o(a) Agente de Contratação, com assessoramento da Equipe de Apoio, PODERÁ ADMITIR O REINÍCIO da etapa de envio de lances, em prol da consecução de MELHOR PREÇO, em especial quando o valor da proposta classificada em segundo lugar estiver aquém de 5% (cinco por cento) do valor da primeira classificada.

**7.7** - Sendo a disputa no modo ABERTO e FECHADO, a etapa de lances terá duração de 15min. (quinze minutos).

**7.7.1** - Encerrado este prazo e transcorrido o período de ATÉ 10min. (dez minutos), ALEATORIAMENTE determinado, a recepção de lances será AUTOMATICAMENTE ENCERRADA.

**7.7.2** - Sendo encerrada esta sessão de lances, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento), superiores, àquela, possam ofertar um lance FINAL e FECHADO em até 5min. (cinco minutos), que será SIGILOSOS até o encerramento deste prazo.

**7.7.3** - Não existindo, no mínimo, três ofertas nas condições do item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5min. (cinco minutos), que será SIGILOSOS até o encerramento do prazo.

**7.7.4** - NÃO EXISTINDO LANCE FINAL E FECHADO, haverá o reinício da ETAPA FECHADA para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5min. (cinco minutos), que será SIGILOSOS até o encerramento deste prazo.

**7.7.5** - Não havendo licitante classificada na etapa de lance final e FECHADO que atenda às exigências para habilitação, o(a) Agente de Contratação PODERÁ, auxiliado pela Equipe de Apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do item anterior.

**7.7.6** - Para que seja possível aplicar os itens anteriores o sistema eletrônico ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**7.8** – Na análise e julgamento das propostas serão garantidos os direitos e benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 à ME ou EPP, seja com direcionamento exclusivo para receber ofertas de ME e EPP ou com RESERVA de itens para empresa assim enquadradas ou com as justificativas sobre a não possibilidade de se aplicar a exclusividade, conforme dispuser o Anexo I, Termo de Referência.

**7.8.1** - Quando houver item (ns) RESERVADO(s) constará a respectiva identificação na planilha orçamentária da tabela ou nos subitens do item 6, ambos do Anexo I deste Edital.

**7.9 – OBSERVAÇÃO:** não sendo possível concluir a análise para aceitação ou recusa de todas as propostas apresentadas, tendo em vista o horário de expediente dos servidores municipais, o(a) Agente de Contratação comunicará a interrupção da Sessão Pública e anunciará o horário para o seu reinício no dia útil seguinte.

**7.9.1** – Esta interrupção terá como única motivação a conclusão da análise para aceitação ou rejeição das propostas de preços e não será considerada como desconexão com o(a) Agente de Contratação.

## **8 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, NEGOCIAÇÃO E DECLARAÇÃO DA MELHOR PROPOSTA**

**8.1** - Os CRITÉRIOS DE JULGAMENTO a serem empregados para seleção da proposta melhor e mais vantajosa para a Administração Licitadora serão os de MENOR PREÇO ou MAIOR DESCONTO, conforme dispuser e constar do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**8.1.1** - Os critérios fixados são objetivos e definirão para indicação do MELHOR PREÇO para ser contratado, considerando os prazos para a execução do objeto, as suas especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições estabelecidas nos referidos anexos.



**8.2** – O(a) Agente de Contratação com a participação dos membros da Equipe de Apoio e do servidor responsável pela requisição do objeto licitado, analisarão as propostas apresentadas, mediante todos as especificações e requisitos constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital:

**8.2.1** – As propostas que atenderem de forma completa ao que foi exigido na descrição e especificação do item ou itens do objeto serão aceitas e serão CLASSIFICADAS na ordem definida no Termo de Referência, Anexo I do Edital, a partir do menor preço ou o maior desconto percentual.

**8.3** - As propostas que **NÃO** atenderem de forma completa ao que foi exigido na descrição e especificação do item ou itens do objeto serão DESCLASSIFICADAS e ainda quando:

**8.3.1** – contiverem vícios insanáveis; preços inexequíveis ou que não demonstrarem sua exequibilidade ou ainda com preços acima do orçamento estimado;

**8.3.2** – apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

**8.4** – A Administração, pelo(a) Agente de Contratação ou membro da Equipe de Apoio poderá realizar diligências para cientificar-se sobre as condições das propostas ofertadas, como também para aferir a suas exequibilidades.

**8.5** - Encerrada a etapa de envio de lances, o(a) Agente de Contratação DEVERÁ encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta a licitante que tenha apresentado o MENOR PREÇO ou MAIOR DESCONTO, para que seja obtida com NEGOCIAÇÃO para se obter uma MELHOR PROPOSTA, sendo vedada essa NEGOCIAÇÃO em condições diferentes das previstas no Edital e seus Anexos.

**8.5.1** – A referida NEGOCIAÇÃO será realizada durante a Sessão Pública.

**8.6** - A NEGOCIAÇÃO com a detentora do MENOR PREÇO ou MAIOR DESCONTO, para obtenção da MELHOR PROPOSTA, deverá correr em prazo máximo, já estipulado, de 2h (duas horas), contado da solicitação do(a) Agente de Contratação, exclusivamente pelo sistema eletrônico, para que a licitante proponente e primeira classificada envie NOVA PROPOSTA conforme a negociação mencionada, isto é, PROPOSTA REALINHADA – adequada ao último lance ofertado, acompanhada de documentos complementares, SE NECESSÁRIO e requisitado pelo Agente de Contratação.

**8.6.1** – Esta NOVA PROPOSTA pode ser elaborada e REALINHADA **AUTOMATICAMENTE** pelo sistema da plataforma eletrônica usada nesta licitação, caso essa disponibilização seja possível, apenas inserindo as complementações solicitadas, conforme o caso.

**8.7** - ENCERRADA a NEGOCIAÇÃO, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço em relação estipulado e o MELHOR PREÇO encontrado para sua ACEITAÇÃO FINAL e ANUNCIARÁ a detentora da MELHOR PROPOSTA, com a obtenção do MENOR PREÇO ou MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, conforme o caso.

**8.8** - Na hipótese de a melhor proposta NÃO for aceitável ou que a licitante NÃO atenda às exigências previstas no Edital e Anexos, para habilitação, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda totalmente as exigências do edital.

**8.9** - Caso não sejam apresentados lances, mediante o envio da proposta inicial, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço ou maior desconto de percentual, como enviada pelo sistema eletrônico. Constatando-se que a proposta atendeu ao que foi exigido neste Edital e seus Anexos, acontecerá a NEGOCIAÇÃO obrigatória para se obter um MELHOR PREÇO e, sendo encontrado, o objeto PODERÁ ser adjudicado à proponente, APÓS A SUA HABILITAÇÃO.



**8.10** - A licitante, após ser considerada habilitada e podendo ser DECLARADA VENCEDORA do certame, seja no total licitado, seja por lote ou por item, NÃO PODERÁ exercer a vontade de DESISTIR, tanto da adjudicação do lote por inteiro ou por algum item do lote, quanto pelo acatamento da execução do objeto, pois será entendido como comportamento inidôneo, reprovável e prejudicial à contratação pretendida pela Administração.

**8.10.1** - A licitante, mesmo que tenha conhecimento da impossibilidade da desistência da proposta por inteira ou mesmo de algum item, após ser declarada vencedora, e ainda assim praticar tal ato, ainda que não aceito, arcará com as penalidades cabíveis à espécie.

**8.10.2** - A impossibilidade de desistência de algum item ofertado se estenderá durante a execução do objeto, bem como a aplicação das penalidades cabíveis caso ocorra tal condição/situação.

**8.11** - A licitante sendo considerada e declarada vencedora do certame, seja por item ou por lote, DEVERÁ encaminhar no prazo estipulado no Termo de Referência, Anexo I do Edital, como condição para assinar o Contrato Administrativo ou o Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, a planilha realinhada com os preços unitários e totais conforme o último lance ofertado na negociação encerrada, isto é, com os valores readequados – realinhados e que serão usados na execução do objeto.

**8.11.1** - Quando a proposta final for realinhada automaticamente pelo sistema e a proponente não fazendo qualquer contestação para conferência imediata, essa se dará como aceita plenamente e SERÁ IMPRESSA PARA ASSINATURA juntamente com o contrato administrativo ou com o termo de compromisso da ARP.

**8.11.2** - Ressalta-se que PLANILHA REALINHADA significa a **READEQUAÇÃO DO VALOR DA PROPOSTA INICIAL** enviada na Ficha Técnica Descritiva - Anexo III, **devendo ser utilizado um desconto proporcional ponderado a cada item ofertado**, a fim de que tenha em seu valor unitário o desconto compatível com a oferta global final.

**8.12 – OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** Conforme o tipo do objeto licitado poderá ser exigida a apresentação de **AMOSTRA** de algum item ou itens ou **DEMONSTRAÇÃO** de algum serviço ou produto ofertado (prova de conceito). Por isso, esta etapa de suma importância a ser efetivada e concluída como condição para que a licitante seja adjudicada, possa assinar o contrato e para que o processo seja homologado, constará no Anexo I – Termo de Referência com todas as condições e critérios a serem observados e cumpridos para o ato a ser realizado em sessão pública, quando todas as licitantes poderão acompanhar o que for apresentado.

**8.12.1** – O julgamento desta etapa, distinta das outras já concluídas, também estará sujeito ao contraditório e a ampla defesa, exclusivamente quanto a apresentação de AMOSTRA ou DEMONSTRAÇÃO, não interferindo em quaisquer outros pontos com os julgamentos já concluídos.

**8.12.2** - O prazo para interposição de recurso desta etapa processual será de 3 (três) úteis a contar da realização da sessão pública e da ata lavrada e aprovada de forma imediata.

**8.12.3** – Quando se tratar de demonstração de serviço que se mostrar impossível para que o resultado seja proclamado na mesma sessão, será proclamado em até 3 (três) dias úteis a seguir e, neste caso, todas as licitantes serão comunicadas da decisão sobre o respectivo julgamento.

**8.12.4** - Quaisquer outras exigências referentes à proposta de preços, seja para complementação ou explicações específicas, para efeito da oferta ou da própria descrição do item ou itens do objeto licitado, ou mesmo quanto a apresentação de amostra ou demonstração, constarão no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

### **8.13 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE DAS PROPOSTAS**



**8.13.1** - O sistema em uso para o PREGÃO na FORMA ELETRÔNICA fará automaticamente a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº123/2006, qual seja, em que as propostas apresentadas pelas Microempresas ME e EPP - Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou inferiores a 5% (cinco por cento) da proposta de melhor preço ofertado pela grande empresa.

**8.13.2** – Este critério de desempate **não** alcançará quando houver empate entre empresas enquadradas como ME ou EPP.

**8.14** – Persistindo o empate após a aplicação do desempate referido acima, aplicar-se-á os critérios dos incisos I ao IV do caput do art. 60 da Lei regente desta licitação.

**8.15** - Caso não haja envio de lances na fase competitiva, os referidos critérios de desempate serão aplicados na abertura de todas as propostas de preço, no início da Sessão Pública.

**8.16** – O(A) Agente de Contratação, como já mencionado acima, poderá solicitar o envio de documentos complementares e explicativos, porém e exclusivamente, dentre aqueles já enviados no início do credenciamento, para fins de elucidar quaisquer dúvidas do que foi ofertado.

**8.17** - Quando a licitação na modalidade de pregão for realizada para o sistema de registro de preços, quando a proposta da licitante vencedora não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada outra licitante, obedecendo a ordem classificatória, para atender a quantidade necessária do total estimado, OBSERVADO O PREÇO DA PROPOSTA VENCEDORA, precedida de análise e julgamento da respectiva documentação para habilitação.

**8.18** – A licitante poderá fazer oferta para quantitativo inferior ao máximo estipulado no quantitativo previsto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, porém obrigando-se no limite ofertado.

### **9 - JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DA DETENTORA DA MELHOR PROPOSTA**

**9.1** - Após a declaração da licitante detentora da MELHOR PROPOSTA - **Menor Preço** ou **Maior Desconto de Percentual**, conforme definido no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, o(a) Agente de Contratação ANALISARÁ e JULGARÁ os documentos enviados pelo sistema eletrônico quando do envio da Ficha Técnica Descritiva. – Anexo III deste Edital - Proposta Inicial.

**9.1.1** - Os documentos serão analisados e julgados mediante conferência com a listagem constante no neste Edital e em complementação no Termo de Referência, Anexo I, conforme critérios e condições para HABILITAÇÃO.

**9.1.2** - As certidões que não possuírem expresse prazo de validade serão aceitas até pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua emissão.

**9.1.3** - Os documentos emitidos pelos sites oficiais serão conferidos pela Equipe de Apoio, quando houver dúvida ou apresentarem algum tipo de rasura ou falta de bom entendimento.

**9.1.4** - Qualquer documento apresentado que demonstrar rasura, falta de informação ou bom entendimento será causa de diligência junto ao Órgão emissor para conferência.

**9.1.5** - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação da inscrição do CNPJ/CPF diferentes ou digitados erroneamente nos diversos documentos.

**9.2** - A documentação apresentada pela licitante que ofertou o MELHOR PREÇO, após a negociação para obter a MELHOR PROPOSTA e essa sendo aceita, por ter cumprido todas as exigências para habilitação, constantes neste Edital e em complementação no Termo de Referência, Anexo I, será considerada HABILITADA e será DECLARADA VENCEDORA do certame, por item ou por lote, como previsto.



**9.3** – Após o envio da documentação para fins de habilitação, juntamente com a Ficha Técnica Descritiva, Anexo III não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo se requeridos pelo(a) Agente de Contratação em diligência, para complementar informações.

**9.4** - Caso a licitante seja considerada INABILITADA, por não ter cumprido todas as exigências constantes neste Edital e em complementação no Termo de Referência, Anexo I, serão analisadas as propostas na ordem classificatória, como referido acima, e, da mesma forma o elenco dos documentos, até que se encontre uma licitante que seja considerada habilitada e cuja proposta tenha sido aceita.

**9.5** - Constatando-se a existência de sanção à licitante, o(a) Agente de Contratação declarará a licitante INABILITADA, por falta de condições de participação no certame.

**9.6** - Havendo INABILITAÇÃO de alguma licitante haverá comunicação prévia a interessada para sua manifestação para interpor recurso, no momento oportuno.

**9.7** - Constatando-se que a licitante proponente atendeu todos os requisitos de habilitação e sua proposta tendo sido aceita e sendo declarada vencedora do certame, por item ou por lote, conforme dispuser a tabela do anexo I, abre-se o prazo para que as licitantes possam, em campo próprio do sistema, MANIFESTAR SUA INTENÇÃO DE RECORRER e, caso não o façam neste momento e motivadamente, terão o seu direito precluso.

**9.8** - Os documentos da licitante primeira classificada e declarada vencedora do certame poderão ser analisados pelas demais participantes, a partir do momento da sua disponibilização e publicidade, além do Cadastro de Fornecedores.

**9.9** - Quando da análise e julgamento da documentação das licitantes, aquelas que estiverem enquadradas na condição de ME e/ou EPP, receberão o tratamento diferenciado no que tange as regularidades fiscal, previdenciários e trabalhista, sendo exigida esta regularidade somente no prazo estipulado ou no ato da assinatura do Contrato Administrativo ou do Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, conforme dispuser o Anexo I.

**9.9.1** - A licitante enquadrada como ME ou EPP deverá, obrigatoriamente apresentar a certidão de regularidade ainda que com data vencida ou com pendência para receber o benefício da LC 123/2006, pois terá o prazo legal para sua regularização.

**9.10** - Para não haver a indevida inabilitação de ME ou EPP, pelos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, o (a) Agente de Contratação verificará nos sites eletrônicos oficiais a respectiva condição de regularidade.

**9.10.1** - O prazo para sanar a pendência será de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período ou no ato da assinatura do contrato.

### **10 - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1** – O(A) Agente de Contratação PODERÁ, na análise e julgamento da habilitação e das propostas, SANAR erros ou falhas que não alterem a substância das propostas - documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada na ATA da Sessão Pública e acessível às licitantes, atribuindo validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.1.1** - Esta atuação do(a) Agente de Contratação é FACULTATIVA, porém, em alguns casos, necessária. No entanto, se providenciada deverá ser pautada nos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade e eficiência, assegurando a ampla defesa e o contraditório, de modo a atender o interesse público.

**10.2** - O saneamento de erros e falhas que exigir do(a) Agente de Contratação que faça DILIGÊNCIA para verificação, a Sessão Pública deverá ser SUSPENSA e somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio às licitantes, pelo SISTEMA ELETRÔNICO com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, sendo obrigatória que a ocorrência seja registrada na ATA da Sessão Pública.

**10.2.1** - O resultado da diligência deverá ser consubstanciado na ATA da Sessão Pública e poderá haver complemento de documento, para informar e sustentar o resultado da diligência, não a inclusão de documento novo.



**10.3** - Não havendo necessidade de diligência, o saneamento será feito na mesma Sessão e de forma imediata. Porém, poderá ser objeto de recurso, devendo a ocorrência ser registrada na ATA.

### **11 - DA ATA E RELATÓRIOS DESCRITIVOS DA SESSÃO PÚBLICA**

**11.1** - O sistema de Concorrência Eletrônica da LICITAR DIGITAL SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA gerará ATA circunstanciada e relatório descritivo da Sessão Pública, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**11.2** – Todos os atos do processo licitatório, bem como a ATA da Sessão Pública serão disponibilizados na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

### **12 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1** - Decididos os recursos e constatada a regularidade de todos os atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o processo, conforme o caso, ou em casos que julgar necessário, encaminhará o processo à Autoridade Superior para que a homologação seja procedida.

**12.2** - Na ausência de recurso, caberá ao(a) Agente de Contratação adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade Competente e propor a homologação.

**12.3** – Quando ao julgamento final depender de apresentação de AMOSTRA de produto ou de DEMONSTRAÇÃO de serviço ou produto, a adjudicação do objeto e a homologação do processo aguardarão a conclusão desta etapa processual.

### **13 - CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU TERMO DE COMPROMISSO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** - Sendo homologada a licitação, a Autoridade Competente convocará a licitante vencedora do certame, seja por item ou por lote conforme constar do Anexo I, para assinar o Contrato Administrativo ou o Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, conforme o caso, visando à execução do objeto licitado nos termos constantes da minuta do Anexo II deste Edital.

**13.1.1** - Para que o instrumento de Contrato Administrativo ou Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços seja assinado, a vencedora do certame deverá cumprir as condições e exigências constantes neste Edital, em especial ao que consta do Termo de Referência - Anexo I, no que se refere ao que for determinado para esta etapa processual.

**13.1.2** - O prazo para assinatura do instrumento contratual será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período, se de interesse da Administração, mediante requerimento.

**13.2** - O Contrato Administrativo ou o Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços deverá ser assinado pelo representante legal da licitante vencedora do certame ou por representante que apresente procuração pública ou particular com firma reconhecida em cartório e que explicita tal poder representativo.

**13.2.1** - O Contrato Administrativo ou o Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços poderá ser assinado na forma eletrônica.

**13.3** - A recusa injustificada da licitante vencedora do certame em assinar o Contrato ou o Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, sujeitará à aplicação das penalidades previstas neste Edital, podendo a Licitadora convocar, sucessivamente, por ordem de classificação, as demais licitantes, após comprovação da respectiva compatibilidade da proposta e habilitação, para assumir a execução do Contrato ou do Termo de Compromisso.

### **14 - DA IMPUGNAÇÃO, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS**

**14.1** - Qualquer pessoa poderá IMPUGNAR os termos deste edital, por meio eletrônico, **até três dias úteis anteriores** à data fixada para abertura da Sessão Pública.



**14.2** - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(a) Agente de Contratação, auxiliado pelos membros da Equipe de Apoio, decidir e publicar sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia anterior a Sessão Pública.

**14.3** - Sendo acolhida a impugnação ao Edital será definida nova data para a realização do certame, com publicidade nos mesmos veículos da publicação anterior.

**14.4** - Qualquer alteração ou modificação no texto do Edital ou nos Anexos deverá ser divulgada pelos mesmos veículos e formas como se deu a divulgação anterior, bem como iniciar a contagem de tempo para a realização da Sessão Pública de, no mínimo, 8 (oito) dias úteis, para fornecimento de bens e 10 (dez) dias úteis para prestação de serviços, conforme disposto no anexo I, EXCETO se, inquestionavelmente, a alteração/modificação não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico das licitantes.

**14.5** - Qualquer pessoa poderá solicitar/requerer ao(a) Agente de Contratação esclarecimentos referentes ao processo licitatório, enviando seu pedido/requerimento por meio eletrônico, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública.

**14.5.1** - As respostas com os esclarecimentos deverão ser enviadas aos solicitantes, no prazo de três dias úteis, a contar do recebimento do pedido/requerimento e serão devidamente divulgadas pelo sistema eletrônico e integrarão o processo licitatório, limitado ao último dia anterior a Sessão Pública.

**14.6** - Ao final da Sessão Pública, declarado a vencedora do certame, por item ou por lote, a licitante/proponente que desejar recorrer contra a decisão (ões) do (a) Agente de Contratação poderá fazê-lo, por meio do seu representante, manifestando sua intenção de interpor recurso, com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata.

**14.6.1** - As licitantes interessadas ficam, desde logo, intimadas a apresentar as suas contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar a partir do término do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**14.7** - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

**14.8** - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o(a) Agente de Contratação estará autorizado (a) a adjudicar o objeto a licitante declarada vencedora.

**14.8.1** - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

**14.9** - O acolhimento do recurso administrativo importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

**14.10** - Os recursos contra decisões do(a) Agente de Contratação terão efeito suspensivo.

**14.11** - Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos, as impugnações e recursos que não forem identificados para que possam ser respondidos no prazo legal.

**14.12** - Os pedidos de esclarecimentos, as razões de recursos e as contrarrazões ou pedidos de reconsideração somente serão analisados se forem protocolizados dentro do prazo, EXCLUSIVAMENTE pelo sistema eletrônico, pois não serão conhecidos quando recebidos por outro meio de comunicação ou protocolização.

**15 - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO OU DO TERMO DE COMPROMISSO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



**15.1** - O Contrato Administrativo ou Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, (minuta - Anexo II deste Edital), a ser firmado com a (s) licitante (s) adjudicatária (s), incluirá as condições estabelecidas neste Edital e, em especial no Termo de Referência, Anexo I, necessárias à fiel execução do objeto licitado que o integram como se lá estivessem transcritas.

**15.2** - O prazo e vigência do Contrato Administrativo ou do Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços desta licitação estará definido no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**15.3** - Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo ou do Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil, assinada por profissional habilitado, contando a partir do prazo de validade da proposta apresentada.

**15.4** - A (s) licitante (s) adjudicatária (s) obriga-se a manter, durante toda a vigência do Contrato Administrativo ou do Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação técnica e regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, como exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a sua execução.

**15.5** - O Contrato Administrativo ou o Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, conforme o caso, a ser firmado com a Administração Licitadora não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão, SALVO se o Termo de Referência, Anexo I deste Edital dispuser sobre alguma destas possibilidades;

**15.6** - A licitante adjudicatária **deverá**, obrigatoriamente, **indicar contato de whatsapp**, oficial da empresa, **sem restrição de confirmação de leitura**, de modo a promover agilidade e efetividade na execução contratual.

**15.7** - Outras condições e exigências referentes a execução do objeto estão descritas no Termo de Referência - Anexo I e Anexo II - minuta contratual ou do Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços.

### **16 - EXECUÇÃO DO OBJETO**

**16.1** - O fornecimento do objeto desta licitação, por lote ou item conforme dispuser a Autorização de Fornecimento - AF ou a OS - Ordem de Serviço, deverá ser efetivado como consta no Termo de Referência, Anexo I e também na minuta do Anexo II, ambos deste Edital, tais como a forma, prazos e endereço para entrega de bens ou prestação de serviço, em conformidade com as condições expressas na proposta ofertada.

**16.1.1** - A Administração Licitadora se reserva no direito de, no ato do recebimento do bem ou serviço, recusar no todo ou em parte, conforme o caso, item ou itens do objeto licitado que não atender as especificações solicitadas, ou ainda que for considerado inadequado para satisfazer ao que foi pactuado, bem como disforme ao que constar da proposta ofertada pela executora.

**16.1.2** - A Licitante vencedora do certame, por item, por lote ou de forma global, conforme dispuser o Termo de Referência, obriga-se a executar o objeto licitado nas exatas condições especificadas na sua proposta e exigências constantes nos Anexos I e II, ambos deste Edital.

**16.2** - A Administração Licitadora não aceitará o fornecimento do objeto licitado, itens e/ou lotes, sem apresentação da AF - Autorização de Fornecimento ou OS - Ordem de Serviço, bem como desconforme a estas, ou ainda como dispuser o Contrato Administrativo ou o Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, sem que caiba qualquer ajuste e/ou indenização a licitante executora.

**16.2.1** - A Autoridade Competente designará servidor da Licitadora como responsável pelas expedições de AF – autorizações de fornecimentos ou OS – ordens de serviço, conforme cada objeto que for executado.

**16.3** - A Autoridade competente designará servidor(es) para atuação na FISCALIZAÇÃO da execução do objeto, conforme constar do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, sendo:



**16.3.1** – Servidor(a) João Marcelo da Silva – CPF \*\*\*.004.376-\*\*

**16.4** - A Administração Licitadora não se responsabilizará por qualquer fornecimento ou serviço prestado que não tenha havido a respectiva emissão de AF ou OS, ainda que a nota fiscal seja atesta por servidor municipal, tendo em vista a impossibilidade de conferência entre o que foi requisitado com o que estiver sendo entregue/executado.

**16.4.1** - Caso a licitante forneça qualquer bem sem a apresentação da AF - Autorização de Fornecimento ou autorize a prestação de serviço sem a expedição de OS - Ordem de Serviço, tal comportamento será por sua conta e risco, e arcará com as consequências pelo não recebimento do respectivo pagamento, eximindo a Administração Licitadora de quaisquer responsabilidades, neste caso.

**16.5** - Outras condições e exigências para a execução do objeto estão dispostas no Termo de Referência, Anexo I e na minuta do Anexo II, ambos deste Edital.

### **17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**17.1** - O pagamento será efetuado mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal / Fatura, junto a área financeira da Licitadora e/ou conforme as condições constantes no Termo de Referência, Anexo I e na minuta do Anexo II, ambos deste Edital.

**17.2** – Será exigida a manutenção das condições de habilitação da licitante no processo licitatório durante toda a execução do objeto, conferidas no ato da efetuação do pagamento.

**17.3** – Quando do pagamento, será efetuada a retenção na fonte de eventuais tributos devidos, se a legislação assim o exigir. O valor desta retenção deverá estar destacado na respectiva Nota Fiscal.

**17.4** – A licitante sendo optante pelo Simples Nacional deverá apresentar juntamente com a respectiva nota fiscal - declaração de faturamento indicando o nível da tabela de retenção em que está enquadrada, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e, caso não apresente tal declaração a Tesouraria arbitrar e fará os descontos devidos.

### **18 - DAS PENALIDADES**

**18.1** - A licitante vencedora do certame que se recusar assinar o Contrato Administrativo ou o Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, conforme o caso, que se recusar a acatar a Autorização de Fornecimento - AF ou Ordem de Serviço - OS, que ensejar o retardamento da execução do objeto licitado, que não mantiver a sua proposta, que não mantiver durante a execução do objeto as condições de sua habilitação no processo licitatório, que comportar-se de modo inadequado ou apresentar qualquer declaração falsa, estará sujeita à aplicação das penalidades previstas na lei regente desta licitação.

**18.2** - A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato Administrativo ou o Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, ou se comportar inadequadamente em prejuízo da Administração ou ainda retardar a execução do objeto licitado está sujeita a multa no percentual de 5% (cinco por cento) do valor estimado na contratação que a adjudicatária tiver sido vencedora, além de outras cominações legais.

**18.3** - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela adjudicatária caracterizará a inadimplência, sujeitando-se à aplicação de sanções, conforme as penalidades estipuladas e previstas no Contrato Administrativo ou no Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços - Anexo II e no Termo de Referência, Anexo I, ambos deste Edital, conforme o caso: advertência, multa, impedimento de contratar com a Administração Licitadora.

**18.4** – Para a aplicação das penalidades previstas acima haverá a indicação e participação da fiscalização da execução do objeto, mediante proposta apresentada com os apontamentos e fundamentos que possam sustentar a conclusão de específico procedimento administrativo.

**18.5** – Outras condições possíveis para aplicação de sanções, conforme o objeto executado, estarão inseridas no Termo de Referência – Anexo I e na minuta do Anexo II, ambos deste Edital.



**18.6** – Em todas as situações dos itens anteriores será instaurado o competente procedimento administrativo e garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

### **19 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**19.1** - As despesas com a execução do objeto desta licitação correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) e fonte(s) de recurso(s) financeiro(s) existente(s) na Lei Orçamentária:

**19.1.1** – Rubrica(s) - Dotações não informadas -

**19.1.2** – Fonte(s) do Recurso - Fontes de recursos não informadas

### **20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1** - A presente licitação não importará necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Licitadora REVOGÁ-LA, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fatos supervenientes devidamente comprovados ou ANULÁ-LA por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema eletrônico para conhecimento dos participantes desta licitação.

**20.2** - A Administração Licitadora poderá, ainda, alterar o conteúdo do Edital e seus anexos, prorrogar a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas e documentos ou para abertura da Sessão Pública, com a devida publicidade.

**20.3** - A licitante é a única responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**20.3.1** - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a não convocação para assinar o Contrato Administrativo ou o Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, ou ainda se já tiver assinado, a sua imediata rescisão, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**20.4** - A licitante responderá administrativa, civil e criminalmente por todas as informações e documentos apresentados que não forem corretos, verídicos ou que eventualmente possam ter sido adulterados.

**20.5** - A licitante intimada para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverá fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Agente de Contratação, bem como apresentar amostra ou demonstração de item do objeto, porém, não cumprindo esta determinação terá sua proposta desclassificada ou será considerada inabilitada, pelo não cumprimento do que foi exigido.

**20.6** - O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento/desclassificação da licitante proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**20.7** - As normas que disciplinam este processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.8** - É facultada ao(a) Agente de Contratação, a Autoridade Superior ou a Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de DILIGÊNCIA destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**20.9** - Os horários estabelecidos no edital, nos avisos e durante a Sessão Pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**20.10** - Os participantes de licitação têm direito subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Edital e seus anexos, e poderão acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, pelo sistema eletrônico.

**20.11** - Os arquivos e registros digitais relativos a este processo licitatório serão arquivados pela Licitadora e permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.



**20.12** - Havendo conflito entre os enunciados dos termos do Edital com os seus anexos, prevalecerão os termos do Edital.

**20.13** - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão Pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Agente de Contratação.

**20.14** – Os pedidos de esclarecimentos, envio de razões e contrarrazões de recursos, bem como todas as decisões referentes a este processo licitatório estarão disponíveis EXCLUSIVAMENTE pelo sistema eletrônico e não serão conhecidas e/ou providenciadas por comunicação por e-mail u outro meio de comunicação que não seja pelo sistema usado neste processo licitatório.

**20.15** - Os atos e procedimentos decorrentes da presente licitação serão ainda publicados no Quadro de Avisos da Administração Licitadora - site <https://www.saolourenco.mg.gov.br/plicitacao.php> e no site da <http://www.licitardigital.com.br>. Os prazos previstos correrão a partir da última publicação.

**20.16** - As informações iniciais e complementares poderão ser obtidas junto ao(a) Agente de Contratação e/ou Comissão de Contratação, com endereço físico Praça Duque de Caxias, 61, Centro, São Lourenço / MG, 37.470-000 e endereço eletrônico [compras@saolourenco.mg.gov.br](mailto:compras@saolourenco.mg.gov.br), porém, sob qualquer hipótese terão cunho para cumprimento de prazos estipulados no edital, para serem cumpridos pelas licitantes.

**20.17** - Não cabe à provedora do sistema eletrônico qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelas licitantes fornecedoras para com a Prefeitura Licitadora, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

**20.18** - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Agente de Contratação com auxílio da Equipe de Apoio e participação da Autoridade Competente, no que couber.

**20.19** - O presente Edital foi previamente analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal Licitadora, constante de parecer que se encontra anexo ao processo.

**20.20** - O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Edital licitatório é o da Comarca de São Lourenço / MG

### **21 - SÃO PARTES INTEGRANTES DESTA EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:**

**21.1 - Anexo I** - Termo de Referência - Descrição e Especificações do objeto licitado

**21.2 - Anexo II** - Minuta do Contrato Administrativo ou do Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços

**21.3 - Anexo III** - Modelo de Ficha Técnica Descritiva do Objeto – PROPOSTA INICIAL

**21.4 - Anexo IV** - Modelo de Declaração: índices mínimos contábeis e responsabilidades;

**21.5 - Anexo V** - Modelo de Declarações: - da não existência de fato superveniente e impeditivo de participação; que não é inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública; que não emprega menores de 18 anos ou 16 anos, salvo na condição de aprendiz; que está de acordo com as exigências do edital.

**21.6 - Anexo VI** - Modelo de Declaração - Enquadramento de Direitos da ME e EPP - (LIMITE)

**21.7 - Anexo VII** - Modelo para apresentar a PROPOSTA FINAL REALINHADA

**21.8 – Anexo VIII** – Arquivos Eletrônicos – Mídia Eletrônica, quando necessários.



## **Prefeitura Municipal de São Lourenço / MG**

Página 24 de 24

LUIZ CLÁUDIO DE ALMEIDA MACIEL

Secretária Municipal de Turismo

VISTO: Robson Soares de Souza

ASSESSORIA JURÍDICA



Processo Licitatório Nº 0008/2026 - Pregão Nº 1

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (Requisição)

### 1 - OBJETO

1.1 - PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, DE USO COMUM, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO/MG, LOCALIZADA NO PARQUE MUNICIPAL ILHA ANTÔNIO DUTRA, DESTINADA À EXPLORAÇÃO COMERCIAL, PELA PERMISSIONÁRIA, DAS ÁREAS DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, CAMAROTES E ESTACIONAMENTO, DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO "CARNAVAL DAS ÁGUAS 2026", NO PERÍODO DE 13 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026

### 2 - DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO(S) ITEM(NS) DO OBJETO

#### 2.1 – BENS e/ou SERVIÇOS

##### 2.1.1 – Estrutura mínima a ser implantada para funcionamento da Praça de Alimentação, Camarotes e Estacionamento:

2.1.1.1 – A PERMISSIONÁRIA deverá implantar, montar, disponibilizar, operar e manter, sob sua inteira responsabilidade, a estrutura mínima necessária ao funcionamento da Praça de Alimentação, Camarotes e Estacionamento, em área total de 26.456,74 m<sup>2</sup> (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis metros quadrados e setenta e quatro centésimos), conforme mapa em anexo, observando todas as exigências constantes neste item e na Tabela do Item 11, bem como as condições de execução previstas neste Termo de Referência, na minuta do termo de compromisso e em seu anexo único, as quais deverão ser consideradas obrigatoriamente para a formulação da proposta.

2.1.1.2 – Implantação e disponibilização de tenda tipo galpão, com dimensões mínimas de 20 x 40 metros, em perfeitas condições de uso, a ser instalada no local conforme a necessidade operacional do evento.

2.1.1.3 – Implantação e disponibilização de mesas e cadeiras destinadas às operações de fornecimento de alimentos e bebidas.

2.1.1.4 – Implantação, disponibilização, operação e manutenção de estrutura de sonorização e iluminação, compatível com o atendimento aos riders técnicos (em anexo) dos artistas principais contratados pela Secretaria Municipal de Turismo, quais sejam: A Zorra, Latino, Oba Oba Samba House, Jeito Moleque e Zulubaba, bem como para as demais atrações realizadas durante a matinê e apresentações de abertura dos shows principais.

2.1.1.5 – A PERMISSIONÁRIA poderá promover shows e apresentações artísticas sob sua exclusiva responsabilidade, nos horários vagos da grade de programação, caso julgue conveniente, podendo utilizar a estrutura existente no local, tais como palco, sonorização, iluminação, painel de LED e equipe técnica, desde que previamente aprovadas pelas Secretarias Municipais de Turismo e de Cultura e Patrimônio.

2.1.1.6 – Implantação, disponibilização e operação de painel de LED outdoor, com resolução mínima P3.91 (ou superior), sistema de conexão HUB – 7840 Hz, placas de 0,50 m x 1,00 m, com medida final mínima de 06 (seis) metros de largura por 03 (três) metros de altura, devidamente instalado e operante durante o evento.

2.1.1.7 – Implantação e disponibilização de gradis e placas de fechamento, conforme necessidade operacional e orientações dos órgãos de fiscalização.



**2.1.1.8** – Toda a estrutura e os itens implantados deverão atender, no que couber, às normas do INMETRO e da ABNT, bem como às normas de segurança aplicáveis.

**2.1.1.9** – As empresas responsáveis pelo fornecimento, montagem e operação das estruturas de sonorização, iluminação e tendas deverão possuir registro regular no CREA ou no CAU, com engenheiro eletricista e/ou engenheiro civil e/ou profissional legalmente habilitado, com as respectivas ART ou RRT, conforme o caso, assumindo a responsabilidade técnica pelas montagens e instalações.

**2.1.1.10** – Implantação e disponibilização de 200 (duzentos) profissionais de apoio e 60 (sessenta) profissionais brigadistas, devidamente capacitados, em conformidade com as exigências técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

**2.1.1.10.1** – A PERMISSONÁRIA deverá encaminhar à Polícia Militar, com antecedência mínima de 01 (um) dia, a relação nominal dos profissionais de apoio e brigadistas que atuarão no evento.

**2.1.1.10.2** – A PERMISSONÁRIA deverá exigir e manter sob sua responsabilidade atestado de antecedentes criminais dos profissionais de apoio, com validade não superior a 30 (trinta) dias da data do evento, devendo estes se apresentar devidamente uniformizados e portando crachá de identificação.

**2.1.1.10.3** – A PERMISSONÁRIA deverá exigir e manter os certificados de brigadista de todos os integrantes que atuarão no evento, conforme Portaria CBMMG nº 69, de 25 de agosto de 2022, e Lei Estadual nº 22.839/2018, devendo estes se apresentar devidamente uniformizados, portando crachá de identificação e documento pessoal válido.

**2.1.1.10.4** – A PERMISSONÁRIA deverá disponibilizar detectores de metal para realização de revista nos acessos ao espaço delimitado do evento.

**2.1.1.11** – A PERMISSONÁRIA deverá disponibilizar DJs para atuação antes e após o show principal.

**2.1.1.12** – A PERMISSONÁRIA deverá ceder área de 10 x 20 metros (200 m<sup>2</sup>), localizada na parte posterior ao palco, para utilização como Camarote do Bloco do Pijama, exclusivamente na sexta-feira, dia 13 de fevereiro, ficando tal área sob responsabilidade da Organização do Bloco do Pijama, podendo, nos demais dias, ser incorporada ao camarote da PERMISSONÁRIA.

**2.1.1.13** – A PERMISSONÁRIA ficará responsável pela decoração do ambiente.

### **2.1.2 – A PERMISSONÁRIA DEVERÁ DISPONIBILIZAR PARA O LOCAL:**

**2.1.2.1** – Disponibilizar diariamente 01 (uma) equipe composta de, no mínimo, 06 (seis) pessoas, para atuar na manutenção, organização e limpeza da área da Praça de Alimentação.

**2.1.2.2** – Disponibilizar as medidas de segurança, com instalação de sinalização, extintores de incêndio e luzes de emergência, conforme projeto a ser apresentado ao Corpo de Bombeiros.

### **2.1.3 – EXPLORAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO E CAMAROTES**

**2.1.3.1** – A área a ser permitida terá um total de 26.456,74 m<sup>2</sup> (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis metros quadrados e setenta e quatro centésimos), conforme mapa em anexo.

**2.1.3.2** – A PERMISSONÁRIA poderá, a seu critério, sublocar a terceiros toda a área descrita, conforme mapa em anexo.

**2.1.3.2.1** – Havendo sublocação, toda a responsabilidade pelos valores a receber dos sublocatários será exclusivamente da PERMISSONÁRIA.



**2.1.3.2.2** – O cumprimento de todas as obrigações assumidas com a presente permissão de uso permanecerá sob responsabilidade integral da PERMISSONÁRIA, respondendo esta também pela observância das condições pelos sublocatários.

**2.1.3.3** – Cada parcela da área permitida, destinada a barraca ou food truck, deverá ser dotada, no mínimo, de luminária de emergência e dispositivos de combate a incêndio, em perfeitas condições de funcionamento, sendo obrigatória a instalação de extintores de pó químico ABC, com capacidade mínima 3-A:40-B:C, em locais visíveis e de fácil acesso, conforme as normas legais de prevenção e combate a incêndio.

**2.1.3.4** – A PERMISSONÁRIA e os sublocatários não poderão, sob qualquer hipótese, comercializar bebidas alcoólicas para menores de 18 (dezoito) anos, em observância à Portaria da Justiça da Comarca e demais normas aplicáveis, sendo a responsabilidade civil e/ou criminal, quando cabível, atribuída aos infratores, sem prejuízo da responsabilidade da PERMISSONÁRIA pela gestão e fiscalização da área permitida.

**2.1.3.4.1** – Será responsabilidade da PERMISSONÁRIA afixar, em local visível, ou exigir que os sublocatários afixem, aviso expresso de proibição de comercializar bebida alcoólica para menores de 18 (dezoito) anos, arcando os responsáveis com as penalidades previstas na legislação pertinente.

**2.1.3.5** – As bebidas somente poderão ser comercializadas em latas, copos descartáveis ou garrafas plásticas, sendo terminantemente proibido o comércio de bebidas em recipientes de vidro.

**2.1.3.6** – A PERMISSONÁRIA somente poderá realizar, dentro da área de shows (conforme mapa em anexo), venda de produtos por meio de ponto de venda móvel (caixa móvel), sendo vedada, em qualquer hipótese, a montagem de operação fixa e/ou a distribuição de mesas e cadeiras neste local.

**2.1.3.7** – O horário para carregamento e descarregamento de mercadorias deverá ocorrer, diariamente, das 08h00 (oito horas) às 12h00 (doze horas), sendo a entrada e saída para os comerciantes exclusivamente através da entrada ao lado do banheiro público.

### **2.1.4 – EXPLORAÇÃO DO ESTACIONAMENTO**

**2.1.4.1** – A área destinada pela PERMISSONÁRIA para estacionamento deverá observar os seguintes valores máximos para permanência dos veículos:

– Veículos de passeio: R\$ 30,00 (trinta reais);

– Veículos de transporte coletivo e de grande porte: R\$ 40,00 (quarenta reais);

– Motocicletas e similares: R\$ 15,00 (quinze reais).

**2.1.4.2** – A entrada do estacionamento será realizada pelo portão direito da entrada principal do Parque Municipal Ilha Antônio Dutra, devendo ser afixada tabela de preços em local visível, sendo vedada a cobrança de valores diversos dos estabelecidos no item 2.1.4.1.

**2.1.4.3** – A PERMISSONÁRIA deverá disponibilizar pessoal para o controle de entrada e saída dos veículos, ficando sob sua total responsabilidade o recebimento, a organização e o controle da ocupação da área destinada ao estacionamento.

**2.1.4.4** – A PERMISSONÁRIA deverá permitir, sem qualquer tipo de cobrança, a entrada e saída de veículos destinados ao abastecimento de mercadorias e ao acesso de pessoal do comércio informal e da Praça de Alimentação (sublocatários previamente credenciados), no horário das 08h00min às 15h00min, sendo a entrada realizada pela lateral do Parque Municipal Ilha Antônio Dutra, Bairro Monte Verde.



**2.1.4.5** – A PERMISSONÁRIA deverá emitir, sob sua inteira responsabilidade, crachás de identificação para a entrada livre de pessoal e veículos envolvidos com a realização e fiscalização do Carnaval das Águas 2026, incluindo servidores das Secretarias Municipais de Esportes (em horário de funcionamento da secretaria), Saúde, Turismo e Cultura, da Fiscalização Municipal, da Vigilância Sanitária, do Comissariado de Menores, do Conselho Tutelar e demais órgãos fiscalizadores em serviço, os quais serão previamente informados pelo PERMITENTE para fins de credenciamento.

### **2.1.5 – PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA**

**2.1.5.1** – Toda a estrutura necessária à execução da permissão deverá estar integralmente implantada, montada e apta à vistoria, sob responsabilidade exclusiva da PERMISSONÁRIA, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis em relação à data de início do evento Carnaval das Águas 2026, ou seja, até o dia 10 de fevereiro de 2026.

### **2.2 – DA EXIGÊNCIAS TÉCNICAS**

**2.2.1** – A execução da permissão de uso deverá observar, no que couber, todas as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela ABNT, pelo INMETRO e pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, bem como demais normas de segurança, acessibilidade, prevenção e combate a incêndio pertinentes à natureza do evento e das estruturas a serem implantadas.

**2.2.2** – A futura PERMISSONÁRIA deverá elaborar, providenciar e cumprir todos os projetos técnicos, laudos, vistorias, autorizações e licenças exigidos pelos órgãos competentes, inclusive o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, bem como as respectivas ART ou RRT, conforme o caso, como condição para a execução da permissão, não sendo permitida a exploração das áreas sem o atendimento integral dessas exigências.

**2.2.3** – Para fins de participação no certame, a licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO FORMAL de que tem pleno conhecimento das exigências técnicas aplicáveis ao objeto e de que assumirá integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as normas técnicas e legais, inclusive aquelas relativas à segurança das estruturas, do público e dos trabalhadores, dispensada a apresentação de documentos técnicos nesta fase.

**2.2.4** – O descumprimento das exigências técnicas e legais durante a execução da permissão poderá ensejar a suspensão das atividades, a revogação da permissão de uso e a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais.

### **2.3 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA ou DEMONSTRAÇÃO**

**2.3.1** – Em razão da natureza do objeto, que consiste em permissão onerosa de uso de espaço público para exploração das áreas de Praça de Alimentação, Camarotes e Estacionamento, não será exigida a apresentação de amostra, uma vez que as obrigações da PERMISSONÁRIA dizem respeito à implantação, operação e manutenção de estruturas e serviços associados, os quais serão verificados e fiscalizados durante a fase de execução da permissão, conforme as especificações técnicas, exigências legais e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **2.4 – GARANTIA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**2.4.1** – Considerando que o objeto do presente procedimento consiste na outorga de permissão onerosa de uso de bem público, a título precário, não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, por não se tratar de contratação de obra, serviço ou fornecimento com dispêndio de recursos públicos.

**2.4.2** – A assunção da permissão de uso ficará condicionada ao cumprimento integral das obrigações previstas neste Termo de Referência, bem como ao pagamento do valor correspondente à outorga, na forma, prazo e condições estabelecidos no edital e na minuta do termo de compromisso.



**2.4.3** – O pagamento da outorga constitui condição essencial para a formalização da permissão, não gerando, em qualquer hipótese, vínculo contratual típico de prestação de serviços ou relação empregatícia entre a PERMISSIONÁRIA, seus prepostos ou terceiros, e a Administração Pública.

**2.4.4** – O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital ou no termo de compromisso poderá ensejar a revogação da permissão de uso, a qualquer tempo, por motivo de interesse público ou por inadimplemento da PERMISSIONÁRIA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

### **2.5 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**2.5.1** – A PERMISSIONÁRIA deverá executar as atividades inerentes à exploração da Área de Alimentação, Camarotes e Estacionamento nas condições e especificações constantes do Item 2 – Especificações Mínimas do Objeto e respectivos subitens, conforme previsto neste Termo de Referência e seus anexos, observadas as orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Turismo, no exercício do poder de fiscalização administrativa.

**2.5.1.1** – A área objeto da permissão dispõe de um total de 26.456,74 m<sup>2</sup> (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis metros quadrados e setenta e quatro centésimos), a ser organizada e subdividida conforme mapa em anexo.

**2.5.2** – Não serão admitidas operações em local ou horário diversos dos estabelecidos neste Termo de Referência, tampouco o funcionamento com ausência ou inadequação dos itens obrigatórios previstos para a execução da permissão.

### **2.5.3 – RESPONSABILIDADES DA PERMISSIONÁRIA**

**2.5.3.1** – Será de exclusiva responsabilidade da PERMISSIONÁRIA o custeio e pagamento de todas as despesas inerentes à execução da permissão, compreendendo, entre outras, a contratação de mão de obra necessária à implantação, manutenção e operação das estruturas, fornecimento de materiais e insumos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, transporte, estadia, alimentação e deslocamento de pessoal, montagem e desmontagem de estruturas e equipamentos, custos com fornecimento de energia elétrica, água, taxas e emolumentos, inclusive aqueles relativos à emissão de AVCB, ART ou RRT, remuneração de responsável técnico, bem como quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução da permissão, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre os empregados da PERMISSIONÁRIA e o Município de São Lourenço ou suas Secretarias.

**2.5.4** – A PERMISSIONÁRIA será integralmente responsável pela obtenção das autorizações do Corpo de Bombeiros Militar, inclusive pela emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, relativo às estruturas implantadas, sem o qual não será permitida a exploração das áreas objeto da permissão.

**2.5.4.1** – A PERMISSIONÁRIA deverá elaborar os projetos técnicos exigidos, em conformidade com a Instrução Técnica nº 33/2013 do CBMMG, ou outra que venha a substituí-la, relativa a eventos temporários.

**2.5.4.2** – Os requerimentos junto ao Corpo de Bombeiros deverão ser protocolizados em prazo hábil, de modo que o AVCB esteja emitido e disponível para apresentação à fiscalização administrativa com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início do evento.

**2.5.4.3** – Será de inteira e exclusiva responsabilidade da PERMISSIONÁRIA a elaboração dos projetos, a prestação de informações técnicas e o atendimento a eventuais exigências formuladas pelo Corpo de Bombeiros, bem como o registro das respectivas ART ou RRT, conforme o caso.

**2.5.4.4** – Toda a estrutura implantada deverá permanecer em condições adequadas para vistoria do Corpo de Bombeiros, sempre que exigido ou solicitado.



**2.5.5** – A PERMISSONÁRIA deverá disponibilizar pessoal qualificado para manutenção corretiva ou preventiva das estruturas e equipamentos, sempre que necessário.

**2.5.6** – A PERMISSONÁRIA deverá implantar e disponibilizar equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento, devidamente testados no ato da instalação.

**2.5.7** – A PERMISSONÁRIA será a única responsável por danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes da implantação das estruturas, do uso dos equipamentos e da exploração econômica das áreas permitidas, eximindo o Município de São Lourenço de quaisquer responsabilidades por ocorrências relacionadas à execução da permissão.

**2.5.8** – Todas as responsabilidades relacionadas à integridade física das estruturas e equipamentos, bem como furtos, extravios ou danos de qualquer natureza, serão de exclusiva responsabilidade da PERMISSONÁRIA, não cabendo ao Município ou à Secretaria Municipal de Turismo qualquer obrigação de ressarcimento.

**2.5.9** – Na hipótese de o evento não ser realizado nas datas, horários ou local previstos, por motivo de força maior, direta ou indireta, atribuível à Administração Pública, a permissão de uso ficará automaticamente resolvida, para todos os fins de direito, sem que assista à PERMISSONÁRIA direito a indenização ou ressarcimento de valores eventualmente pagos.

**2.5.10** – A PERMISSONÁRIA assumirá integral responsabilidade por danos materiais, morais ou físicos causados a terceiros em razão do uso de equipamentos, instalações ou veículos de sua propriedade, bem como pela adoção das medidas necessárias ao atendimento de seus empregados em caso de acidente, mal súbito ou intercorrência durante a execução da permissão.

**2.5.11** – A PERMISSONÁRIA deverá atender integralmente às normas de segurança e funcionamento aplicáveis às atividades desenvolvidas, inclusive aquelas expedidas pelo Corpo de Bombeiros, sem prejuízo das demais exigências legais pertinentes.

**2.5.12** – Nas estruturas que exigirem, a PERMISSONÁRIA deverá implantar dispositivos de combate a incêndio, em perfeitas condições de funcionamento, com instalação obrigatória de extintores de incêndio em locais visíveis e de fácil acesso, em conformidade com as normas legais de prevenção e combate a incêndio.

**2.5.13** – O cumprimento de todas as obrigações assumidas com a presente permissão de uso será de responsabilidade exclusiva da PERMISSONÁRIA, ainda que a execução material das atividades seja realizada por terceiros ou sublocatários.

### **2.5.14 – RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO / PERMITENTE**

**2.5.14.1** – Caberá à Administração Municipal a contratação do palco, das estruturas de box truss para sinalização e publicidade do evento, dos banheiros químicos, bem como dos shows artísticos, no horário compreendido entre 15h (quinze horas) e 02h30 (duas horas e trinta minutos) do dia subsequente.

**2.5.14.2** – A Administração Municipal deverá disponibilizar unidade de atendimento médico, das 15h (quinze horas) às 03h (três horas) do dia seguinte, durante todos os dias de realização do evento, composta por equipe de enfermagem e ambulância.

**2.5.14.3** – A Administração Municipal providenciará a edição de decreto proibindo a entrada de coolers, caixas térmicas, isopores, bolsas térmicas, mochilas, garrafas de vidro e similares na área permitida, com o objetivo de garantir a segurança do público.

### **2.6 – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**



**2.6.1** – O servidor municipal João Marcelo Silva, portador do CPF 082.004.376-12, ocupante do cargo de Gerente Operacional de Cultura, é responsável para **FISCALIZAR** a execução do objeto da licitação e terão atribuições para receber, conferir, aceitar ou recusar qualquer item, mediante a OS – ordem de serviço ou a AF – autorização de fornecimento, bem como terão a obrigação para emitir o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**;

**2.6.1.1** – O servidor responsável pela fiscalização da execução do objeto terá a responsabilidade para emitir as notificações que se fizerem necessárias e quando não forem atendidas deverá encaminhar as informações à autoridade competente para tomar as providências cabíveis;

**2.6.2** – A autoridade competente **LUIZ CLAUDIO DE ALMEIDA MACIEL - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO** é responsável para acatar o recebimento provisório e para emitir o **RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

### **2.7 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**2.7.1** – Considerando a natureza do objeto, que consiste na permissão onerosa de uso de espaço público para exploração das áreas de Praça de Alimentação, Camarotes e Estacionamento, a futura PERMISSONÁRIA deverá possuir capacidade técnica compatível com a execução das atividades previstas neste Termo de Referência, observadas as exigências técnicas, operacionais, sanitárias e de segurança aplicáveis ao objeto.

**2.7.2** – Para fins de participação no certame, a licitante deverá apresentar, como condição de habilitação, **DECLARAÇÃO** de que detém aptidão técnica para executar o objeto, comprometendo-se a cumprir integralmente todas as exigências técnicas e legais previstas neste Termo de Referência, no edital e na legislação vigente, ficando ciente de que a comprovação correspondente será exigida na forma e no momento definidos no edital.

**2.7.3** – A futura PERMISSONÁRIA deverá dispor de profissional legalmente habilitado, devidamente registrado no conselho de classe competente, que será responsável pela elaboração dos projetos técnicos exigidos e pela responsabilidade técnica da execução da permissão, mediante emissão da respectiva ART ou RRT, conforme o caso.

**2.7.3.1** – A licitante deverá comprovar o vínculo profissional do Responsável Técnico com a empresa, por meio de um dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) contrato social ou alteração contratual, quando o profissional integrar o quadro societário;
- b) contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
- c) contrato de prestação de serviços firmado entre a licitante e o profissional; ou
- d) declaração formal de compromisso de responsabilidade técnica, assinada pelo profissional e pelo representante legal da licitante, admitida nos termos da legislação vigente.

**2.7.3.2** – A comprovação da habilitação profissional e do vínculo do responsável técnico com a PERMISSONÁRIA será exigida nos termos e condições estabelecidos no edital ou no momento da execução da permissão, conforme a natureza da exigência, não sendo requerida a apresentação de documentos comprobatórios no âmbito deste Termo de Referência.

**2.7.4** – As exigências relacionadas à Vigilância Sanitária, inclusive a apresentação de Alvará Sanitário, quando aplicável, serão verificadas exclusivamente na fase de execução da permissão, apenas das áreas que estiverem efetivamente comercializando alimentos, não constituindo requisito de habilitação.

### **2.8 - DECLARAÇÕES PARA HABILITAÇÃO**



**2.8.1** – Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar as declarações exigidas no edital, relativas ao atendimento das condições de qualificação técnica operacional e profissional, na forma, nos prazos e pelos meios ali definidos, não se exigindo, no âmbito deste Termo de Referência, a apresentação de documentos além daqueles expressamente previstos no instrumento convocatório.

### **3 - DO PRAZO PARA ASSUMIR E EXECUTAR O OBJETO**

**3.1** – A licitante vencedora, na condição de futura PERMISSIONÁRIA, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o Termo de Compromisso/Permissão de Uso, contados da convocação formal pela Administração.

**3.2** – A permissão de uso terá vigência de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do respectivo Termo de Compromisso, abrangendo o período necessário à implantação, execução e desmobilização das estruturas, com execução conforme a programação do evento Carnaval das Águas 2026, nos termos deste Termo de Referência e do edital.

### **4 - DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

#### **4.1 - DA FORMA DO JULGAMENTO, VALOR ESTIMADO, MODO DE DISPUTA E INTERVALO DE LANCES**

O julgamento desta licitação será pelo **MAIOR PREÇO - MAIOR LANCE** ofertado;

**4.1.1** – O julgamento desta licitação será realizado pelo critério de **MAIOR PREÇO**, considerando-se vencedor o licitante que ofertar o maior lance, observado o valor mínimo estabelecido neste Termo de Referência.

**4.1.2** - O modo de disputa deste processo será o **ABERTO**.

**4.1.3** – O valor mínimo estimado e aceitável para a presente licitação é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), correspondente ao valor mínimo de outorga, fixado com base na avaliação realizada pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, considerando o grande fluxo de turistas e munícipes no período de alta temporada do Carnaval.

**4.1.4** – O valor mínimo de intervalo entre os lances será de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

### **5 - DO PAGAMENTO**

**5.1** – O pagamento do valor correspondente à outorga da permissão onerosa de uso deverá ser efetuado por meio de depósito bancário em conta a ser indicada pela Prefeitura Municipal de São Lourenço, observadas as condições a seguir. **5.1.1** – O pagamento será realizado em parcela única, correspondente a 100% (cem por cento) do valor vencedor do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da homologação do procedimento licitatório e da convocação formal da licitante vencedora para assinatura do instrumento de permissão. **5.1.2** – A comprovação do pagamento da outorga constitui condição indispensável para a assinatura do Termo de Compromisso/Permissão de Uso, não sendo admitida a formalização do ajuste sem a prévia quitação integral do valor devido.

### **6 – LICITAÇÃO – LEI nº 123/2006 – ME e/ou EPP**



**6.1** – Havendo participação de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, será assegurado o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, no que couber e for compatível com a natureza do objeto e com o critério de julgamento pelo MAIOR PREÇO, observado o disposto no edital.

**6.2** – Para fins de fruição dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, a licitante enquadrada como ME ou EPP deverá apresentar declaração de enquadramento, na forma e conforme modelo previsto no Anexo VI do Edital, ficando sujeita à verificação posterior pela Administração.

### **7 – DA VISITA TÉCNICA ou DEMONSTRAÇÃO**

**7.1** – A LICITANTE poderá realizar VISITA TÉCNICA, não obrigatória, no local onde será permitido para instalação do **CARNAVAL DAS ÁGUAS 2025** caso julgue necessário, de modo a conhecer todas as condições da execução contratual e para fazer a oferta da proposta de preço;

**7.1.1** – A LICITANTE que fizer a VISITA TÉCNICA receberá a respectiva comprovação;

**7.1.2** – A LICITANTE que não se interessar em fazer a VISITA TÉCNICA para conhecimento do local e das condições da execução contratual assumirá as responsabilidades inerentes e não poderá usar de qualquer pretexto futuro de desconhecimento do local e outras condições impostas para que o contrato de permissão onerosa de espaço público de uso comum não seja bem executado ou que tenha solicitação de supressão e/ou modificação de qualquer item;

**7.2** – A VISITA TÉCNICA poderá ser efetivada até o último dia anterior a realização da sessão pública;

**7.3** – A VISITA TÉCNICA deverá ser agendada pelo Telefone/Whatsapp (35) 99722-2181 ou pelo e-mail: turismosimg@gmail.com, nos dias úteis das 12h (doze horas) às 17h (dezessete horas), com pelo menos 24h (vinte e quatro horas) de antecedência;

**7.3.1** – A VISITA TÉCNICA será dirigida por funcionários da Secretaria Municipal de Turismo, devidamente designados para esta atividade.

### **8 - DA JUSTIFICATIVA**

**8.1** – O Carnaval das Águas é um evento tradicional do Município de São Lourenço, consolidado no calendário local e regional, com reconhecida relevância cultural, turística e social. Durante o período carnavalesco, a cidade recebe expressivo fluxo de turistas e visitantes, atraídos por seus atrativos naturais e pela programação festiva, o que demanda a adequada organização da infraestrutura de apoio ao evento. A outorga de permissão onerosa de uso de espaço público para exploração das áreas de Praça de Alimentação, Camarotes e Estacionamento atende ao interesse público, ao proporcionar melhores condições de conforto, segurança e atendimento à população local e aos visitantes, além de contribuir para a valorização do evento e a ordenação do espaço público. Ademais, a realização do evento impulsiona a economia local, com reflexos positivos na arrecadação municipal, no comércio, na rede hoteleira e na geração de empregos temporários, promovendo o desenvolvimento econômico e o acesso da comunidade às atividades culturais e de lazer, em conformidade com a legislação vigente.



**8.2** – O valor mínimo estabelecido para o início da fase de lances justifica-se em razão da avaliação realizada pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, bem como das obrigações, encargos e responsabilidades assumidos pela PERMISSONÁRIA, que superam o valor inicialmente avaliado. Considerando tratar-se de evento realizado em período de alta temporada, com grande fluxo de turistas e munícipes, mostra-se razoável e vantajoso à Administração Pública a fixação de valor mínimo superior ao de avaliação, assegurando a economicidade e a vantajosidade da outorga, conforme demonstrado na Planilha I, anexa a este Termo de Referência, em observância aos princípios que regem a Administração Pública.

### **8.3 – DA ESCOLHA DA MODALIDADE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**8.3.1** – A presente licitação tem por objeto a permissão de uso de bem público, a título precário e temporário, para exploração das áreas de Praça de Alimentação, Camarotes e Estacionamento durante a realização do evento Carnaval das Águas 2026, não se caracterizando como concessão de serviço público, nem como contratação de obra, serviço ou fornecimento, tratando-se de ajuste administrativo precário, revogável a qualquer tempo por interesse público.

**8.3.2** – Considerando o caráter temporário e precário da permissão, a natureza operacional das obrigações assumidas pela permissionária, a execução vinculada a evento específico e a prática administrativa consolidada neste Município em exercícios anteriores, a Administração optou pela adoção da modalidade PREGÃO, por se mostrar procedimento apto a assegurar ampla competitividade, isonomia entre os interessados, celeridade procedimental e seleção da proposta mais vantajosa, adotando-se como critério de julgamento o MAIOR PREÇO (MAIOR LANCE).

**8.3.3** – O valor mínimo fixado para início da fase de lances constitui valor mínimo de referência para a permissão de uso, definido com base na avaliação realizada pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, considerando o potencial de exploração econômica da área, o período de alta temporada, o expressivo fluxo de turistas e munícipes, bem como as obrigações e encargos assumidos pela permissionária, cabendo ao certame definir, por meio da disputa competitiva, o valor final mais vantajoso ao Município.

## **9 - TABELA DO(S) ITEM(NS)**

### **Lote: 001**

<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Tota.</b>
1		Tabela	1,0000	5000,0000	5000,0000

**Valor total:** 5000,0000 (cinco mil reais)

São Lourenço / MG, sexta, 09 de janeiro de 2026

---

Luiz Cláudio de Almeida Maciel  
\*\*\*.830.536-\*\*



**Processo Licitatório N° 0008/2026 - Pregão N° 1**

**ANEXO II**

**MINUTA DE CONTRATO N° \_\_\_\_\_**

**CONTRATANTE:-** Órgão Público - **MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO / MG**, CNPJ N° 18.188.219/0001-21, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Duque de Caxias, 61, Centro, 37.470-000, neste ato representado pela autoridade administrativa competente, LUIZ CLÁUDIO DE ALMEIDA MACIEL, portador do CPF \*\*\*.830.536-\*\*.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_ CNPJ N° \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do CPF \_\_\_\_\_.

**EMBASAMENTO:-** Processo Licitatório nº 0008/2026 - Pregão 1 - e na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, as partes ficam contratadas, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** - O presente contrato administrativo tem como PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, DE USO COMUM, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO/MG, LOCALIZADA NO PARQUE MUNICIPAL ILHA ANTÔNIO DUTRA, DESTINADA À EXPLORAÇÃO COMERCIAL, PELA PERMISSIONÁRIA, DAS ÁREAS DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, CAMAROTES E ESTACIONAMENTO, DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO "CARNAVAL DAS ÁGUAS 2026", NO PERÍODO DE 13 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**2.1** - Integra e se vincula ao presente contrato administrativo, o edital do processo licitatório acima epigrafado e o inteiro teor do termo de referência com também da proposta ofertada como se aqui estivessem transcritos para produzir todos os seus efeitos.

**2.1.1** – A CONTRATADA deverá executar o objeto deste contratado nas condições, exigências e especificações constantes no edital e no termo de referência do processo licitatório que embasa este contrato administrativo e, em especial, a proposta de preço realinhada conforme o último lance ofertado e que consta no ANEXO ÚNICO deste Instrumento.

**2.2** – A efetiva execução contratual se dará mediante o envio de AF –autorização de fornecimento e/ou OS – ordem de serviço, conforme a natureza do objeto a ser executado.



**2.2.1** – A AF - autorização de fornecimento ou OS - ordem de serviço será emitida pela autoridade competente da secretaria requisitante, através de servidor por ela designado, com a participação do setor de compras que cuidará dos lançamentos formais das despesas.

**2.3** – A CONTRATADA não poderá atender qualquer pedido de fornecimento e/ou execução de serviço sem a apresentação da AF e/ou OS, devidamente assinada pela autoridade competente ou servidor por ela designado, pois a Administração não se responsabilizará por despesa que não tenha sido devidamente formalizada e autorizada.

**2.3.1** – O envio da AF ou OS será pelos meios de comunicação disponíveis, com a comprovação de recebimento pela CONTRATADA ou entregue pessoalmente por servidor designado pela autoridade competente, conforme o caso.

**2.4** – O CONTRATANTE designará servidor(res) municipal(ais) como FISCAL deste contrato administrativo que terá atribuições para cumprir e fazer cumprir todas as obrigações pactuadas neste instrumento, inclusive para receber ou recusar provisoriamente a execução contratual, no todo ou em parte, bem como para promover, junto à CONTRATADA, iniciais comunicações e/ou notificações administrativas iniciais, visando solucionar faltas ou falhas como apontadas.

**2.4.1** – As possíveis faltas ou falhas sanáveis, como apontadas na execução contratual, deverão ser registradas e anotadas em registro do próprio contrato para providências futuras, quando for o caso.

**2.4.2** – Caso as comunicações e/ou notificações promovidas pela fiscalização contratual não sejam solucionadas pela CONTRATADA, conforme os apontamentos, o assessoramento jurídico do CONTRATANTE será acionado para tomar as providências cabíveis.

**2.5** – A execução contratual se dará ainda conforme as condições a seguir:

**2.5.1** – A PERMISSIONÁRIA deverá executar as atividades inerentes à exploração da Área de Alimentação, Camarotes e Estacionamento nas condições e especificações constantes do Item 2 – Especificações Mínimas do Objeto e respectivos subitens, conforme previsto neste Termo de Referência e seus anexos, observadas as orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Turismo, no exercício do poder de fiscalização administrativa.

**2.5.1.1** – A área objeto da permissão dispõe de um total de 26.456,74 m<sup>2</sup> (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis metros quadrados e setenta e quatro centésimos), a ser organizada e subdividida conforme mapa em anexo.

**2.5.2** – Não serão admitidas operações em local ou horário diversos dos estabelecidos neste Termo de Referência, tampouco o funcionamento com ausência ou inadequação dos itens obrigatórios previstos para a execução da permissão.

### **2.5.3 – RESPONSABILIDADES DA PERMISSIONÁRIA**

**2.5.3.1** – Será de exclusiva responsabilidade da PERMISSIONÁRIA o custeio e pagamento de todas as despesas inerentes à execução da permissão, compreendendo, entre outras, a contratação de mão de obra necessária à implantação, manutenção e operação das estruturas, fornecimento de materiais e insumos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, transporte, estadia, alimentação e deslocamento de pessoal, montagem e desmontagem de estruturas e equipamentos, custos com fornecimento de energia elétrica, água, taxas e emolumentos, inclusive aqueles relativos à emissão de AVCB, ART ou RRT, remuneração de responsável técnico, bem como quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução da permissão, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre os empregados da PERMISSIONÁRIA e o Município de São Lourenço ou suas Secretarias.

**2.5.4** – A PERMISSIONÁRIA será integralmente responsável pela obtenção das autorizações do Corpo de Bombeiros Militar, inclusive pela emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, relativo às estruturas implantadas, sem o qual não será permitida a exploração das áreas objeto da permissão.



- 2.5.4.1** – A PERMISSONÁRIA deverá elaborar os projetos técnicos exigidos, em conformidade com a Instrução Técnica nº 33/2013 do CBMMG, ou outra que venha a substituí-la, relativa a eventos temporários.
- 2.5.4.2** – Os requerimentos junto ao Corpo de Bombeiros deverão ser protocolizados em prazo hábil, de modo que o AVCB esteja emitido e disponível para apresentação à fiscalização administrativa com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início do evento.
- 2.5.4.3** – Será de inteira e exclusiva responsabilidade da PERMISSONÁRIA a elaboração dos projetos, a prestação de informações técnicas e o atendimento a eventuais exigências formuladas pelo Corpo de Bombeiros, bem como o registro das respectivas ART ou RRT, conforme o caso.
- 2.5.4.4** – Toda a estrutura implantada deverá permanecer em condições adequadas para vistoria do Corpo de Bombeiros, sempre que exigido ou solicitado.
- 2.5.5** – A PERMISSONÁRIA deverá disponibilizar pessoal qualificado para manutenção corretiva ou preventiva das estruturas e equipamentos, sempre que necessário.
- 2.5.6** – A PERMISSONÁRIA deverá implantar e disponibilizar equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento, devidamente testados no ato da instalação.
- 2.5.7** – A PERMISSONÁRIA será a única responsável por danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes da implantação das estruturas, do uso dos equipamentos e da exploração econômica das áreas permitidas, eximindo o Município de São Lourenço de quaisquer responsabilidades por ocorrências relacionadas à execução da permissão.
- 2.5.8** – Todas as responsabilidades relacionadas à integridade física das estruturas e equipamentos, bem como furtos, extravios ou danos de qualquer natureza, serão de exclusiva responsabilidade da PERMISSONÁRIA, não cabendo ao Município ou à Secretaria Municipal de Turismo qualquer obrigação de ressarcimento.
- 2.5.9** – Na hipótese de o evento não ser realizado nas datas, horários ou local previstos, por motivo de força maior, direta ou indireta, atribuível à Administração Pública, a permissão de uso ficará automaticamente resolvida, para todos os fins de direito, sem que assista à PERMISSONÁRIA direito a indenização ou ressarcimento de valores eventualmente pagos.
- 2.5.10** – A PERMISSONÁRIA assumirá integral responsabilidade por danos materiais, morais ou físicos causados a terceiros em razão do uso de equipamentos, instalações ou veículos de sua propriedade, bem como pela adoção das medidas necessárias ao atendimento de seus empregados em caso de acidente, mal súbito ou intercorrência durante a execução da permissão.
- 2.5.11** – A PERMISSONÁRIA deverá atender integralmente às normas de segurança e funcionamento aplicáveis às atividades desenvolvidas, inclusive aquelas expedidas pelo Corpo de Bombeiros, sem prejuízo das demais exigências legais pertinentes.
- 2.5.12** – Nas estruturas que exigirem, a PERMISSONÁRIA deverá implantar dispositivos de combate a incêndio, em perfeitas condições de funcionamento, com instalação obrigatória de extintores de incêndio em locais visíveis e de fácil acesso, em conformidade com as normas legais de prevenção e combate a incêndio.
- 2.5.13** – O cumprimento de todas as obrigações assumidas com a presente permissão de uso será de responsabilidade exclusiva da PERMISSONÁRIA, ainda que a execução material das atividades seja realizada por terceiros ou sublocatários.
- 2.5.14 – RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO / PERMITENTE**



**2.5.14.1** – Caberá à Administração Municipal a contratação do palco, das estruturas de box truss para sinalização e publicidade do evento, dos banheiros químicos, bem como dos shows artísticos, no horário compreendido entre 15h (quinze horas) e 02h30 (duas horas e trinta minutos) do dia subsequente.

**2.5.14.2** – A Administração Municipal deverá disponibilizar unidade de atendimento médico, das 15h (quinze horas) às 03h (três horas) do dia seguinte, durante todos os dias de realização do evento, composta por equipe de enfermagem e ambulância.

**2.5.14.3** – A Administração Municipal providenciará a edição de decreto proibindo a entrada de coolers, caixas térmicas, isopores, bolsas térmicas, mochilas, garrafas de vidro e similares na área permitida, com o objetivo de garantir a segurança do público.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**3.1** - O prazo para a execução contratual do objeto deste contrato administrativo será de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

**3.2** – O prazo referido poderá ser alterado, conforme o interesse da Administração, desde que requerido pela CONTRATADA com motivada fundamentação e deferimento pelo CONTRARANTE.

**3.3** - Dentro da vigência deste contrato, o objeto será executado total ou parcialmente, conforme consta do termo de referência e conforme o envio de autorizações de fornecimento ou ordens de serviço.

**3.4** - Ao atingir o prazo pactuado no item 3.1 ou ao se esgotar o quantitativo do objeto contratado, salvo se houver celebração de termo aditivo, a execução contratual será encerrada imediatamente, independente de qual seja a primeira ocorrência, prevalecendo sempre o interesse da Administração CONTRATANTE.

**3.5** - Sendo o objeto contratado, executado de forma contínua, as condições de prorrogação do prazo e vigência constarão do Termo de Referência e em conformidade com os artigos 106 e 107 da Lei regente deste instrumento.

**3.5.1** - Havendo prorrogação do prazo e vigência contratual deverão ser observados os dispositivos dos artigos 133 a 136 da mencionada Lei.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATADO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**4.1** - Dá-se ao presente contrato administrativo, o valor total e irrevogável de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**4.2** – No valor total referido estão inclusas as despesas com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários da CONTRATADA, incluindo os custos diretos e indiretos inerentes ao fornecimento e/ou à prestação dos serviços como requisitados, bem como outros encargos que incidam ou que venham a incidir sobre a execução do objeto, não restando quaisquer obrigações ao CONTRATANTE que exceda no valor referido no item anterior.

**4.3** – 5.1 – O pagamento do valor correspondente à outorga da permissão onerosa de uso deverá ser efetuado por meio de depósito bancário em conta a ser indicada pela Prefeitura Municipal de São Lourenço, observadas as condições a seguir. 5.1.1 – O pagamento será realizado em parcela única, correspondente a 100% (cem por cento) do valor vencedor do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da homologação do procedimento licitatório e da convocação formal da licitante vencedora para assinatura do instrumento de permissão. 5.1.2 – A comprovação do pagamento da outorga constitui condição indispensável para a assinatura do Termo de Compromisso/Permissão de Uso, não sendo admitida a formalização do ajuste sem a prévia quitação integral do valor devido.

**4.4**- O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal correspondente, devidamente conferida pela fiscalização, através do RECEBIMENTO PROVISÓRIO e, posteriormente, através do **RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

**4.4.1** – Na nota fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da modalidade licitatória, como também estar anexada cópia da AF ou OS da respectiva despesa.



**4.5** – O pagamento será efetuado após a conferência da execução do objeto, mediante a liquidação da despesa e a devida autorização pela Autoridade competente.

**4.6** - Qualquer irregularidade detectada pelo servidor designado para a fiscalizar da execução contratual, possibilitará a indicação pela retenção do pagamento à CONTRATADA até o restabelecimento do apontamento como pactuado, seja na forma, condições, prazo de entrega, especificações e/ou qualidade do objeto contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste instrumento.

**4.6.1** - A retenção ou suspensão do pagamento será solicitada pelo(a) servidor(a) Fiscal do Contrato e deliberada pela autoridade competente, e somente haverá a respectiva liberação após o saneamento da irregularidade apontada e/ou notificada.

**4.6.2** - Havendo retenção ou suspensão de pagamento por qualquer irregularidade, não restarão quaisquer obrigações complementares por parte do CONTRATANTE quanto a recomposição do valor da despesa, tendo em vista o descumprimento de obrigações por parte da CONTRATADA.

**4.7** – Na nota fiscal deverá estar descrito em separado os valores correspondentes aos **serviços** executados e os **materiais e produtos** fornecidos, de forma a atender Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2110/2022.

**4.8** – O pagamento somente será efetuado por via bancária, através de depósito na conta e agência determinadas pela CONTRATADA.

**4.9** - A Administração CONTRATANTE, no ato do pagamento, efetuará a retenção na fonte por eventuais tributos devidos, conforme exigido pela legislação em vigor, em especial a Instrução Normativa RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, no que couber, e a CONTRATADA deverá constar na nota fiscal o referido valor.

**4.9.1** - O valor da referida retenção deverá estar destacado na Nota Fiscal.

**4.10** - Sendo a CONTRATADA optante pela tributação do SIMPLES NACIONAL deverá encaminhar junto com a nota fiscal, documento que comprove sua opção, e ainda apresentar a declaração de faturamento indicando o nível da tabela de retenção em que está enquadrada, nos termos da Lei Complementar nº123/2006 e posteriores alterações, e atender a Instrução Normativa RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, no que couber.

**4.11** - A CONTRATADA é a única responsável pela correção dos dados e valores apresentados, bem como por quaisquer erros ou omissões constantes na nota fiscal.

**4.12** – Para que o pagamento seja regularmente efetuado, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, manter durante toda a execução contratual a sua regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como das obrigações técnicas exigidas para habilitação no processo licitatório.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5-1** - As despesas decorrentes deste contrato administrativo correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) do orçamento vigente:

**5.1.1** – Rubrica(s) - Dotações não informadas

**5.1.2** – Fonte(s) do Recurso - Fontes de recursos não informadas

### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE E DA GARANTIA**



**6.1** - A CONTRATADA se responsabiliza a executar o objeto deste contrato administrativo com qualidade e pontualidade, conforme dispuser a AF – autorização de fornecimento ou a OS – ordem de serviço e, em especial, conforme descrito no termo de referência do processo que embasa este instrumento e como consta na sua proposta ofertada, garantindo ainda ressarcir ao CONTRATANTE possíveis prejuízos financeiros apurados por desconformidade na execução pactuada.

**6.2** - A CONTRATADA se responsabiliza em substituir, corrigir ou reparar, item ou itens do objeto contratado, conforme o caso, acatando determinação da fiscalização da execução deste instrumento, com presteza, disponibilidade e pontualidade, sem qualquer custo adicional e sem prejuízo do prazo estipulado.

**6.3** – A CONTRATADA é a única responsável pela total execução deste contrato administrativo.

**6.4** - A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução contratual todas as condições jurídicas, fiscais, previdenciárias e técnicas, sejam às normas da ABN, do INMETRO ou outra específica conforme a natureza do objeto executado, sejam quanto qualificação profissional ou operacional, sejam produtivas ou licenciamentos específicos ou ainda outras detalhadas no termo de referência do processo que embasa este contrato administrativo.

**6.4.1** - A CONTRATADA fica obrigada a dar garantia na execução do objeto contratado nas condições e prazos como consta do termo de referência do processo que embasa este contrato.

**6.5** - Será da CONTRATADA a garantia pela procedência, condições, qualidade, e outros atributos inerentes aos itens do objeto contratado, bem como pelas normas especificadas pelos órgãos de controle, bem ainda de outras condições complementares, conforme consignadas no termo de referência do processo licitatório que embasa este instrumento.

**6.6** - A CONTRATADA responde administrativa, civil e criminalmente por danos e prejuízos devidamente apurados, quer da execução ou inexecução do objeto contratado que vier a causar, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO**

**7.1** - A fiscalização na execução deste contrato administrativo será exercida pelo(a) servidor(a) designado(a) pelo CONTRATANTE, com atribuições para aferir a execução do objeto e o cumprimento integral das condições pactuadas, tais como: o aceite, a recusa, substituição e/ou correção de item, itens ou de todo o objeto contratado, conforme comunicação ou notificação enviada a CONTRATADA, além das condições referidas na Cláusula Sexta, acima, bem como outras condições mencionadas no termo de referência do processo que embasa este contrato.

**7.1.1** - Fica designado o servidor(a) **João Marcelo da Silva** como FISCAL da execução do objeto, com poderes para atuar na amplitude de suas funções e obrigações, de forma atestar a regularidade e satisfação do que foi executado e emitir o RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

**7.1.2** - O(a) Servidor(a) Autoridade competente **LUIZ CLÁUDIO DE ALMEIDA MACIEL** é responsável, mediante o recebimento provisório, pela emissão do RECEBIMENTO DEFINITIVO, para liquidar a despesa e para autorizar o respectivo pagamento.

**7.2** - A não observância do item anterior, seja em quaisquer condições e no prazo estipulados, obriga a CONTRATADA a substituir ou corrigir a execução pactuada e a não observância das recomendações da fiscalização contratual e as reiteradas ocorrências de irregularidades serão motivos ensejadores para rescisão deste contrato.

**7.3** - A indicação de fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, como especificada acima, não exclui e nem reduz as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA por quaisquer irregularidades ou imperícias cometidas, direta ou indiretamente na execução da obra contratada.

**7.4** - A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem subcontratar os serviços relativos ao seu objeto, sem o expreso consentimento formal do CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Instrumento.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO DO CONTRATO**



**8.1** - Este contrato administrativo poderá ser alterado no interesse público e das partes, através de termos aditivos, em conformidade com os artigos 124 ao 135, todos da Lei nº 14.133/2021, no que couber e considerando em cada caso o que estiver constando no termo de referência do processo que embasa a presente contratação.

**8.1.1** – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme o interesse do CONTRATANTE, conforme dispõe o art. 125 da mencionada Lei..

**8.1.2** – Havendo modificação na execução do contrato para atender o disposto no item anterior e o aumento ou diminuição do serviço implicando no preço, deverá ser feito termo aditivo para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos da alínea "d", do art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

**8.1.3** – O valor do contrato, de item ou de itens que integram o objeto contratado, poderá ser revisto para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que seja requerido pela CONTRATADA e instruído na forma legal com as peças contábeis-financeiras que demonstrem a real situação apresentada, como também de demonstrativos do comportamento de mercado, desde que se enquadrem nas hipóteses de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis ou de força maior, ou ainda outras condicionantes que configurem álea econômica, e que possam impedir a regular execução contratual.

**8.1.4** - O valor do contrato poderá ser revisto, após completar 12 (doze) meses de execução, observando-se o índice da repactuação pelo INPC/IBGE acumulado no período ou por outro que venha a substituí-lo, nos termos do Inciso I do Art. 136 da Lei 14133/21.

**8.2** - A extinção deste instrumento poderá ser efetivada, caso ocorra quaisquer dos motivos mencionados no art.137, em especial frequência no comportamento descritos na cláusula sexta e será processada conforme dispõe o art. 138, ambos da Lei regente deste contrato, no que couber.

**8.3** - Em caso excepcionais, configurados como de força maior, a critério do CONTRATANTE, o atraso no cumprimento da ordem de serviço ou na entrega do objeto contratado não ensejará extinção contratual, bem como as penalidades estabelecidas neste instrumento.

**8.4** – A situação indicativa da extinção contratual será levada a CONTRATADA, através de notificação administrativa e sendo sempre garantido o direito da ampla defesa e do contraditório.

**8.5** – Além das referidas hipóteses, poderá o CONTRATANTE extinguir o presente contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, com motivação de falência, concordata, dissolução ou insolvência da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA NONA - DO RECONHECIMENTO, DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES**

**9.1** - A CONTRATADA declara reconhecer os direitos da Administração CONTRATANTE e a supremacia do interesse público, em caso de extinção administrativa deste contrato.

**9.2** - As obrigações estabelecidas neste instrumento, quando não cumpridas no seu todo ou parcialmente, sujeita-se à CONTRATADA as sanções previstas na Lei regente deste contrato e outras normas que regem a Administração Pública, além de multas pelas seguintes condições e nos seguintes percentuais:

**9.2.1** - Multa de mora de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia, até o limite de 20 (vinte) dias por atraso na execução contratual.

**9.3** - Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula, ou pela inexecução total ou parcial, o CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA multas e/ou penalidades, de acordo com a infração cometida:

**9.3.1** - Advertência;



**9.3.2** - Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias, pelo não cumprimento dos prazos pactuados para a execução e/ou na retomada da execução, conforme dispuser a notificação da ocorrência.

**9.4** - A recusa da detentora em assinar o contrato ou o seu não comparecimento para assinatura no prazo previsto, caracterizará descumprimento integral das obrigações assumidas com a apresentação da sua proposta, sujeitando-a ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) do valor total da proposta ofertada.

**9.5** - O recolhimento das multas referidas deverá ser efetivado através de guia própria retirada do Departamento Financeiro (Tesouraria Municipal) da Prefeitura e com depósito em conta bancária determinada pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da recebimento da respectiva aplicação.

**9.6** - O não recolhimento da multa aplicada, no prazo indicado, será a empresa considerada inadimplente e o respectivo débito inscrito em Dívida Ativa, com a correspondente forma de execução.

**9.7** - Além da aplicação de multa, o CONTRATANTE poderá aplicar a suspensão da CONTRATADA em participar de futuras licitações ou contratar com a Administração Licitadora por prazo não superior a 3 (três) anos.

**9.8** - A aplicação de advertência, multa e/ou penalidade se dará por ato da autoridade competente, através de processo administrativo, simplificado conforme o caso, mediante os indicativos e apontamentos evidenciados pela fiscalização do contrato.

**9.9** - Em todos os casos para aplicação de multa e/ou penalidade será garantido o direito da ampla defesa e do contraditório.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS E DO FORO**

**10.1** - Nos casos omissos e não previstos neste contrato administrativo, serão aplicadas as normas e regulamentações vigentes, que também prevalecerão quando houver conflitos nas suas Cláusulas.

**10.2** - As partes elegem do Foro da Comarca de São Lourenço / MG para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, ajustadas e contratadas na melhor forma de direito, as partes por seus representantes legais, assinam o presente contrato administrativo, em duas vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

São Lourenço / MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

CONTRATANTE

**MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO / MG**

**LUIZ CLÁUDIO DE ALMEIDA MACIEL**



## Prefeitura Municipal de São Lourenço / MG

Página 9 de 9

CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**VISTO: Robson Soares de Souza**

Assessoria Jurídica

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_



Processo Licitatório N° 0008/2026 - Pregão N° 1

## ANEXO III

### FICHA TÉCNICA DESCRITIVA DO OBJETO

#### (PROPOSTA INICIAL)

Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Tota.
-Permissão onerosa de espaço público de uso comum, a título precário, de área de propriedade da Prefeitura Municipal de São Lourenço, localizada Parque Municipal Ilha Antônio Dutra, para exploração comercial na realização da "CARNAVAL DAS ÁGUAS 2026" no período de 13 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026, conforme programação, detalhamento e especificações no Termo de Referência onde a Permissionária fica responsável por equipamentos e serviços descritos acima A área delimitado no mapa com a divisão espaços permitidos, integram a descrição do objeto – Anexo I do Edital.	ÁREA	1,0000	5000,0000	5000,0000

A empresa licitante **DECLARA** para todos os fins de direito, que cumpre plenamente os requisitos e condições de habilitação para executar o objeto desta licitação, que essa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e que no valor total ofertado estão inclusas todas as despesas com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto.

**OBSERVAÇÃO:** Caso a empresa licitante seja enquadrada como Microempresa ME ou EPP - Empresa de Pequeno Porte e queira receber os benefícios previstos na LC nº 123/2006 deverá **DECLARAR** ao apresentar sua proposta inicial e não fazendo tal declaração será entendido como renúncia tácita aos benefícios constantes na mencionada Lei.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**ATENÇÃO:** A empresa proponente **NÃO PODERÁ SE IDENTIFICAR** ao apresentar a sua proposta inicial e, tão pouco assina-la e, caso o faça, terá sua proposta desclassificada.



**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ÍNDICES CONTÁBEIS (modelo)**

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede à ....., nº....., bairro ....., na cidade de ....., na qualidade de participante neste processo licitatório acima epigrafado que tem como objeto: PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, DE USO COMUM, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO/MG, LOCALIZADA NO PARQUE MUNICIPAL ILHA ANTÔNIO DUTRA, DESTINADA À EXPLORAÇÃO COMERCIAL, PELA PERMISSIONÁRIA, DAS ÁREAS DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, CAMAROTES E ESTACIONAMENTO, DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO “CARNAVAL DAS ÁGUAS 2026”, NO PERÍODO DE 13 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026, instaurado pela Administração Municipal, **DECLARA** que os índices apurados, por profissional habilitado da contabilidade, no último balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentaram: LIQUIDEZ CORRENTE ..... - LIQUIDEZ GERAL ..... e SOLVÊNCIA GERAL ..... que para efeito de habilitação exige-se que sejam de no mínimo **igual** ou **maior** que **1,00** respectivamente. **DECLARA** também que responde administrativa, civil e criminalmente pela fidelidade das informações e documentos apresentados nesta licitação.

Por ser verdade, firma a presente declaração

**Local de data**

**Assinatura**



Processo Licitatório Nº 0008/2026 - Pregão Nº 1

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES - Modelo

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede à ....., nº....., bairro ....., na cidade de ....., na qualidade de participante neste processo licitatório acima epigrafado que tem como objeto: PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, DE USO COMUM, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO/MG, LOCALIZADA NO PARQUE MUNICIPAL ILHA ANTÔNIO DUTRA, DESTINADA À EXPLORAÇÃO COMERCIAL, PELA PERMISSIONÁRIA, DAS ÁREAS DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, CAMAROTES E ESTACIONAMENTO, DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO “CARNAVAL DAS ÁGUAS 2026”, NO PERÍODO DE 13 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026, instaurado pela Administração Municipal, **DECLARA** que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho na condição de aprendiz. **DECLARA** também não estar impedida de contratar com a Administração licitadora e, caso seja declarada como inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública fará a devida comunicação, **DECLARA** ainda e que está de acordo com as exigências do Edital deste processo.

Local de data

Assinatura



**Processo Licitatório Nº 0008/2026 - Pregão Nº 1**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – MODELO**

(Lei Complementar nº 123/2006 - Art. 3º, I e II e § 1º - Lei nº 14.133/2021 – Art. 4º. §§2º e 3º)

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede à ....., nº ....., bairro ....., na cidade de ....., na qualidade de participante neste processo licitatório acima epigrafado que tem como objeto: PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, DE USO COMUM, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO/MG, LOCALIZADA NO PARQUE MUNICIPAL ILHA ANTÔNIO DUTRA, DESTINADA À EXPLORAÇÃO COMERCIAL, PELA PERMISSIONÁRIA, DAS ÁREAS DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, CAMAROTES E ESTACIONAMENTO, DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO “CARNAVAL DAS ÁGUAS 2026”, NO PERÍODO DE 13 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026, instaurado pela Administração Municipal, **DECLARA** para todos os fins de direito, estar sob o regime de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP e se enquadra nos benefícios previsto nos incisos I e II, do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. **DECLARA** ainda, para atender o §2º, do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, que ao obter os benefícios como ME ou EPP, no ANO-CALENDÁRIO da realização desta licitação, os **valores dos seus contratos firmados com a Administração Pública** NÃO ultrapassaram e NÃO ultrapassarão a sua receita bruta referente ao limite do seu enquadramento.

**Local de data**

**Assinatura**



**Processo Licitatório Nº 0008/2026 - Pregão Nº 1**

**ANEXO VII**

**PROPOSTA FINAL REALINHADA DE PREÇO – MODELO**

*(Sendo a proposta considera vencedora - encaminhar a proposta final realinhada)*

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede à ....., nº....., bairro ....., na cidade de ....., na qualidade de participante neste processo licitatório acima epigrafado que tem como objeto **PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, DE USO COMUM, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO/MG, LOCALIZADA NO PARQUE MUNICIPAL ILHA ANTÔNIO DUTRA, DESTINADA À EXPLORAÇÃO COMERCIAL, PELA PERMISSIONÁRIA, DAS ÁREAS DE PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, CAMAROTES E ESTACIONAMENTO, DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO “CARNAVAL DAS ÁGUAS 2026”, NO PERÍODO DE 13 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026**, instaurado pela Administração Municipal, encaminha sua PROPOSTA REALINHADA – READEQUADA ao último lance ofertado para o item ou itens, conforme adjudicação e que deverá integrar o instrumento de contrato ou o termo de compromisso da ARP, conforme o caso, como a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Tota.</b>
-Permissão onerosa de espaço público de uso comum,	ÁREA	1,0000		

TOTAL DESTE CONTRATO: R\$ .....

(.....)

Local e data

Assinatura

RG e CPF

**ATENÇÃO:** A proposta final REALINHADA deverá ser elaborada conforme o último lance ofertado **COM IDENTIFICAÇÃO** da empresa proponente, conforme este modelo e **devidamente ASSINADA**